



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ  
CAMPUS POETA TORQUATO NETO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (CCHL)  
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ANDRE FRANCISCO SANTOS**

**TRABALHADORES E ESTADO: ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNDO DO  
TRABALHO NA ERA VARGAS (1930-1945)**

Teresina – PI

2024

André Francisco dos Santos

**Título do Trabalho.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual do Piauí.  
Orientador: Profº Dr. Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo.

Teresina – PI

2024

S237t Santos, Andre Francisco Dos.

Trabalhadores e estado: aspectos historicos do mundo do trabalho  
na era vargas (1930-1945) / Andre Francisco Dos Santos.

- 2025.

58f.: il.

Monografia (Licenciatura em História) - Universidade Estadual do  
Piauí, Campus Poeta Torquato Neto- Teresina, 2025.

"Orientação: Prof. Dr. Antonio Mauren Vaz Verçosa de Melo".

1. Trabalhadores. 2. Era vargas. 3. Brasil. I. Melo, Antonio Mauren  
Vaz Verçosa de . II. Título.

CDD 331.10981

## **Folha de Aprovação**

Nome do Aluno (a)

### **Título do trabalho centralizado**

Monografia apresentada, como requisito parcial para obtenção do título Licenciado em História, pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

Aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca de Examinadora:

—

(Orientador)  
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

—

Membro  
Universidade ou Instituição (sigla)

—

Membro  
Universidade ou Instituição (sigla)

—

Teresina (PI),

Ano

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus em primeiro lugar, é por plano dele que estou aqui terminando esse curso tão sonhado. Aos meus pais, Francisco José e Rosa Maria, por me ensinarem a fazer o bem, aos meus irmãos Daniel, Natalia e Clara, por serem sempre meus conselheiros nas horas difíceis. A minha amada esposa Ana Paula, o maior presente que poderia ter recebido, por todo amor e carinho que você representa na minha vida.

Agradeço a UESPI e aos professores que tiveram participação nessa formação acadêmica, ao professor Prof. Dr. Antônio Maureni por ter me aceitado como seu orientando, e a todos que estiveram de algum modo envolvido nesse meu processo meu muito obrigado. Só levarei boas lembranças desses anos de Curso de História.

## **RESUMO**

Trabalhadores e Estado: Aspectos históricos do mundo do trabalho na Era Vargas (1930-1945) é um trabalho de caráter exploratório e qualitativo, pois se propõe e conhecer os principais pontos da vida do trabalhador na Era Vargas no Brasil. Quais os acontecimentos que marcaram a vida daquele trabalhador, como foram organizados seus movimentos e sindicatos, como ele era visto pelo governo e quais ações foram tomadas em relação a esses trabalhadores, quais as formas de repressão a esse trabalhador. Ou seja, é um trabalho que aborda temas sensíveis do trabalhador desde a revolução de 1930 até a saída de Vargas em 1945. O que os trabalhadores ganharam ou perderam com o seu governo, como as mudanças daquele período ainda hoje afeta a vida dos trabalhadores de alguma forma. O trabalho nos mostra como um governo autoritário pode mudar as formas de pensar e agir na sua população.

Palavras-chave: Autoritário. Era Vargas. Trabalhadores. Brasil.

## **ABSTRACT**

Workers and the State: Historical Aspects of the World of Work in the Vargas Era (1930-1945) is an exploratory and qualitative study that aims to understand the main aspects of workers' lives in Brazil during the Vargas Era. It examines the events that marked the lives of these workers, how their movements and unions were organized, how they were viewed by the government, and what actions were taken against them, including the forms of repression used. In short, it addresses sensitive issues concerning workers from the 1930 revolution until Vargas's suicide in 1945. It explores what workers gained or lost under his government, and how the changes of that period still affect workers' lives today. The study shows how an authoritarian government can change the ways of thinking and acting of its population.

Keywords: Authoritarian. Vargas Era. Workers. Brazil.

## **LISTA DE SIGLAS**

**COB – Central Operaria Brasileira**

**DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda**

**CLT - Consolidação das Leis de Trabalho**

**LSN – Lei de Segurança Nacional**

**PCB – Partido Comunista Brasileiro**

## **SUMÁRIO**

<b>1. Introdução .....</b>	<b>9</b>
<b>2. Brasil, um país de trabalhadores</b>	
<b>2.1. A cultura política brasileira na Era Vargas.....</b>	<b>11</b>
<b>2.2. O controle dos trabalhadores na Era Vargas .....</b>	<b>21</b>
<b>3. Principais desenlaces da era Vargas no âmbito trabalhista</b>	
<b>3.1. Trabalhadores e suas conquistas na Era Vargas .....</b>	<b>33</b>
<b>3.2. A guerra e os trabalhadores na era Vargas .....</b>	<b>41</b>
<b>3.3. Movimentos dos trabalhadores e sindicatos na era Vargas.....</b>	<b>47</b>
<b>4. Considerações finais.....</b>	<b>56</b>
<b>5. Referencias Bibliográficas.....</b>	<b>57</b>

## **1.Introdução**

Esta é uma pesquisa bibliográfica e tem caráter exploratório e sua abordagem tem como objetivo conhecer melhor o trabalhador que existia no Brasil na Era Vargas. A pesquisa em sua maioria se dá por meio de trechos e percepções dos melhores autores em relação a esse assunto tão importante para nossa sociedade. O trabalhador sempre foi uma peça fundamental em qualquer sociedade. E dele que vem a força para se fazer o necessário em qualquer serviço, desde os mais simples a mais importante, sempre terá um trabalhador envolvido na missão

Metodologicamente, optamos pelo uso de fontes bibliográficas e portais de notícias que fizesse necessário sobre o assunto abordado. A monografia em questão, tem grande valia científica, social e pessoal, respectivamente por continuar a debater e expor a posição que o trabalhador, em especial o assalariado ocupa na nossa sociedade e no nosso tempo. Porque a diminuição desse tipo de trabalhador pelos trabalhadores autônomos está acontecendo com tamanha velocidade. Se isso não foi um resultado das transformações ocorridas na Era Vargas. Essa e outras questões podem ser discutidas com base nesse trabalho. A situação do trabalhador mudou muito nesses últimos 100 anos, cada época nos mostra a sua importância e a Era Vargas foi definitivamente um divisor de águas para a cultura e a mente do trabalhador brasileiro, tanto na sua forma de ver o governo como na forma de ver a si mesmo como um construtor e pertencente da sociedade em que está inserido.

Não podemos deixar de tratar a importância do trabalhador para a economia do Brasil, e por esse motivo em especial, questões foram levantadas tanto nos dias de hoje como na era Vargas, a economia do Estado depende do trabalhador, foi com esse discurso que os trabalhadores foram enfim vistos na Época de Vargas e se tornaram essenciais no seu governo. Vargas os apoiou e em troca recebeu seu apoio, a relação de simbiose entre eles foram se fazendo aos poucos durante os anos de seu governo e isso ajudou Vargas a se manter no poder durante esse longo período. Os trabalhadores foram beneficiados, mas a que preço nenhum pesquisador ainda encontrou uma resposta concreta para essa questão.

O trabalho coloca os principais pontos de informação dos trabalhadores na era Vargas, no primeiro subtópico é narrado a política do Brasil naquela época, como os trabalhadores viam os governantes e como os governantes viam os trabalhadores. Até

aquela época a pobreza dos trabalhadores era tratada com indiferença, mas sua união e suas conquistas se fizeram notar, a política era diferente até a revolução de 30. Vargas colocou pela primeira vez os trabalhadores no radar dos governantes, para o progresso e a nova política de Vargas ele precisaria do apoio dos trabalhadores. O progresso dependia do trabalho e da industrialização do país.

No segundo subtopico é um dos temas principais da monografia, como se deu o controle dos trabalhadores durante a era Vargas, quais formas de controle fizeram os trabalhadores diminuir suas ações, e como o poder ditatorial de Vargas inibiu e coagiu os trabalhadores, aos poucos dando a Vargas um poder imensurável. Quais as ações do governo foram realmente importantes contra os trabalhadores, nesse subtopico podemos entender como os sindicatos foram perdendo sua força e autonomia. E como isso afeta os trabalhadores até os dias de hoje.

No segundo capítulo nós vemos o que Vargas fez pelos trabalhadores, quais as vantagens que o governo de Vargas proporcionou aos trabalhadores em geral, leis que agradavam a população e criava o mito de Getúlio Vargas. Os benefícios que foram criados na era Vargas ainda hoje são apreciados pelos trabalhadores, oito horas semanais, férias, carteira de trabalho tudo isso o foi Vargas e seu governo que proporcionou para os trabalhadores. Os trabalhadores sentiram a diferença em poucos anos, as melhorias de condições era real. Como essas melhorias influenciou na forma de pensar do trabalhador,

A segunda grande guerra foi um período importante na história mundial, e aqui no Brasil também, nesse tópico foi tratado do desenrolar da guerra aqui no nosso país e suas consequências para os trabalhadores, o que Getúlio Vargas fez durante esse evento, quais as decisões tomadas em relação aos trabalhadores.

No último subtopico do trabalho deixei para falar do assunto mais importante relacionado ao trabalho, os movimentos trabalhistas e sindicatos, como a Era Vargas o influenciou, como seu governo autoritário diminuiu as forças dos sindicatos e transformaram o movimento trabalhista. As leis que arrocharam as liberdades trabalhistas entre outros temas importantes, nessa época houve a formação da base do que hoje nos vemos nos sindicatos e movimentos e da importância de rever essa época com zelo para entender pelo que os trabalhadores passaram e quais são suas consequências.

## **2.Brasil, um país de trabalhadores**

### **2.1 A cultura política brasileira na Era Vargas**

O primeiro governo de Getúlio Vargas teve início com Revolução de 1930. Marcado pelo discurso de aproximação com os trabalhadores, esse governo buscou, desde os primeiros momentos, afirmar-se politicamente, recorrendo a estratégias materiais, culturais e simbólicas para conquistar a aceitação da população. Nesse contexto, os trabalhadores emergiram como protagonistas de um novo arranjo social, no qual o governo buscou consolidar sua autoridade por meio da criação de direitos trabalhistas, da regulamentação das relações de trabalho e do controle dos sindicatos. Pela primeira vez na história do Brasil os trabalhadores era o centro das atenções pois o estado carecia dessa legitimidade. O Estado se convertia no anjo-da-guarda dos brasileiros, essa política varguista foi utilizada durante todo o seu governo até o fim de sua ditadura em 1945, e ainda hoje muitos alegam que o “pai dos pobres” foi o melhor presidente do Brasil, ou pelo menos o mais próximo do povo em especial os trabalhadores.

A Revolução de 1930 dava aos brasileiros um novo começo, uma nova ordem social e política, a esperança nas palavras do ditador de que tudo ia mudar para melhor, foi uma coisa autentica. Mas os anos mostrariam que não era bem assim, os brasileiros foram enganados, ludibriados em troca das suas liberdades e silêncio.

A Revolução de 1930 assumiu a importância de tentar libertar o país das oligarquias que não mas pensavam nos brasileiros, somente em sua economia liberal, deste modo a revolução pregava o contrário, ajudar em primeiro lugar o trabalhador, com a sombra da ameaça anarquista que o brasil vinha sofrendo, essas ideias tiveram um forte impulso, aliada com a preservação da identidade nacional, bastava agora saber se mudaria também a sociedade, a qualidade de vida das pessoas, o povo brasileiro era o centro das atenções, como forma de trabalho, de desenvolvimento do Estado.

Este caráter de retorno à realidade nacional mareava a Revolução de 30 em sua autenticidade e desdobrava-se no projeto político do Estado Novo, se antes de 1930 o que se verificava era a ausência de um contato harmonioso entre o povo e as elites, o que se verificou já em 1930 e principalmente em 1937 foi a articulação e comunicação entre as elites e a massa da população. A concordância quase unânime do povo brasileiro transformara a mutação brusca dos rumos políticos do país na primeira grande expressão unívoca da vontade nacional.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. FGV.2005. p 194.

O governo de Vargas se fez forte por inúmeros motivos, desde a repressão policial, a autoridade do presidente, mas principalmente graças as intensas campanhas propagandísticas de seu governo, essa o colocava amigo do trabalhador, da grande parcela da população, e então os faziam parceiros. Vargas teve uma iniciativa política de se aliar as massas para obter o seu apoio de forma convincente. Nas Palavras de Jorge Ferreira

Coptados, manipulados, iludidos e amedrontados com as perseguições da polícia especial, os assalariados, após 1945, não teriam conseguido livrar-se das amarras ideológicas tecidas na época anterior ( Ditadura Varguista): cercados em suas lutas pela manutenção da legislação corporativista e a tutela estatal dos sindicatos, traídos com a atuação dos pelegos sindicais e confundidos politicamente com as lideranças populistas, as mais antigas como Vargas. OS comunistas, igualmente iludidos com o nacionalismo, reforçaram os laços, já apertados da teia populista.<sup>2</sup>

Getúlio fez o que estava ao seu alcance, com os poderes a ele reservados, acabou com as forças das lideranças, e foi manipulando e iludindo a classe trabalhadora aos poucos com seus benefícios e legislação social, em troca ficaram obedientes a Getúlio, sem fazer muito alarde e sem procurar melhorias, pois o presidente já estava fazendo. O estado via seu poder crescer a cada ano, via as lideranças trabalhistas definhando e se aliando ao Estado “parceiro” do trabalhador, essa situação foi feita aos poucos, com leis trabalhistas.

Muitos autores refletem que o Estado Novo não se caracteriza como uma doutrina homogênea, na concepção da política estatal, houve mudanças, novos planos no decorrer das atitudes do presidente e do governo central, para tentar administrar um país do tamanho do Brasil, tem que se valer de estratégias para manter-se tudo em ordem, e foi isso que Getúlio fez. E foi com o apoio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que fiscalizava e supervisionava os diferentes instrumentos de comunicação nacional, além ser responsável pelo noticiário nacional. O DIP foi o meio eficaz para construir a sociedade, ou seja, o projeto político que tornar ia-se dominante pelos próximos anos.

Por isso, é fundamental examinar a construção deste projeto em uma de suas dimensões centrais, ela diz respeito a concepção verdadeiramente revolucionária da formula institucional adotada pelo novo regime, que passou a se auto definir como uma democracia social. Este novo sentido do ideal democrático iria sintetizar o cerne do projeto do Estado Novo, conduzindo suas formulações na dupla direção do passado tanto recente, quanto remoto. Projetar um novo Estado

---

<sup>2</sup> FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história: Debate e critica. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 2001. p 62.

significava buscar sua legitimidade, isto é, incursionar por sua origem. E isto por sua vez, significava reescrever a história do País.<sup>3</sup>

Para se entender os trabalhadores brasileiros que passavam por aquele período, é necessário ver alguns fatores importantes que constituíam suas características, eles agora formavam uma identidade coletiva, os principais ingredientes da classe trabalhadora era baseado no estatismo<sup>4</sup>, assistencialismo<sup>5</sup> e nacionalismo<sup>6</sup>. Ou seja, a modernização da economia e a melhoria de vida da sociedade em geral só poderia ser alcançada por políticas sociais distributivas pela defesa do patrimônio nacional e pelo controle do Estado nessas duas e outras tarefas importantes para a formação do país. Todos esses aspectos deveriam ser prontamente atendidos durante a revolução, e a esperança da população de que seria tudo diferente, dando seu apoio foi o diferencial dessa época.

Tal projeto não era unívoco nem homogêneo na sua concepção. Era, na verdade, matizado por proposições específicas de diferentes políticos e organizações da sociedade civil. Dessa forma, por exemplo, havia um projeto reformista agregado a objetivos socialistas defendido pelos comunistas. Também era possível identificar a forte atuação dos católicos definidos como progressistas, que, principalmente, através de movimentos leigos como o de ação católica, desenvolviam um alentado trabalho em torno de propostas voltadas para o reformismo e justiça sociais. Também organizações como a união nacional dos estudantes e os sindicatos se envolveram em lutas dessa natureza, vinculando-se a projetos partidários específicos. Todavia, mesmo através da pluralidade de proposições que conformavam o programa de reformas que se projeta para o país, sua ênfase nacionalista e distributivista caracterizou-se como fator constitutivo da identidade de uma conjuntura histórica peculiar.<sup>7</sup>

O que se sustentava era a restauração da identidade brasileira, fazer do Brasil um país bonito e desenvolvido a se igualar aos países da Europa, organizá-lo via do poder político, O Brasil tinha um potencial enorme, sua natureza era exuberante e imensa, atrelado ao trabalhador, a força de produção nacional, o nosso futuro era de muita riqueza. O processo seria claro coordenado pelas elites daquela época, mas harmonizada com os trabalhadores brasileiros.

A revolução era autentica, portanto, porque unia a elite e massas porque proponha voltar-se para o povo em suas mais genuínas e espontâneas manifestações e aspirações. A cultura popular devia ser recolhida por um Estado inovador, que rompia com o passado político da república velha. Até 1930 pode-

<sup>3</sup> GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. FGV.2005. p 190

<sup>4</sup> Sistema em que o estado atual como empresário no setor de produção e de serviços, participando efetivamente das ações econômicas do país.

<sup>5</sup> Obrigação dos governos de ajudar seus cidadãos para satisfazer as necessidades básicas quando as pessoas não podem fazê-lo por conta própria

<sup>6</sup> Utilizado para descrever o sentimento de amor para com a pátria.

<sup>7</sup> FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história: Debate e critica. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 2001. p 66.

se dizer que o governo no Brasil não era para o povo, mas para seus representantes que jamais se lembraram de chamar as classes operárias a participar da sorte do país e que jamais pediram os esforços dos trabalhadores procurando interessá-los nos problemas da nossa emancipação econômica.<sup>8</sup>

Os primeiros trabalhadores ou união dos trabalhadores pós revolução de 30 apoiava Getúlio, as ações eram simples, lutar pelos direitos trabalhistas, por uma legislação que olhassem por eles, inspirados pelo trabalhismo inglês, que era que fazia uma distinção clara entre o trabalhismo reformista e o comunismo revolucionário.

Mesmo antes do PCB, vários partidos de orientação operariam surgiram nas principais cidades, desde o fim do século XIX, particularmente no bojo do movimento republicano. Embora de pouca longevidade expressaram uma tendência de organização que, a exemplo do movimento internacional, reivindicava para os trabalhadores uma parcela de representação e direitos políticos.<sup>9</sup>

No entanto, essa diferenciação nem sempre era em compreendida ou aceita por Vargas e pelos setores trabalhistas vinculados ao seu governo, que frequentemente reprimiam manifestações consideradas radicais ou subversivas. Os trabalhadores queriam direitos, que foi o que aconteceu, lei de férias, jornada de oito horas, regulamentação do trabalho da mulher, direito a aposentadoria e naquele tempo o trabalho infantil que estava sendo explorado ao máximo, sendo também motivo de discussões políticas e sociais, tudo isso foi a forma que Getúlio encontrou para se manter no poder. Ele tinha como objetivo manter as ações sindicais e militância perto da dinâmica do Estado, controla-los para não oferecer perigo a seu governo.

A relação que fundava o estado, era aquela entre o povo e o presidente, que legislou sobre o problema síntese da nacionalidade: o problema social. Porém, o que o discurso punha em relevo particularmente era a forma como essa questão era resolvida, o que acabava por determinar a forma pela qual a relação povo/presidente se efetuava. Neste sentido, seu ponto nodal estava na construção do que se convencionou chamar na literatura sobre a questão social ideologia da outorga, ou seja, a legislação social brasileira, instrumento mediador por excelência das relações entre governantes e governados, foi outorgada pela personalidade do chefe de Estado ao seu povo. A relação fundadora do Estado era uma relação de doação, uma relação de dar e receber dádivas/presentes/benefícios.<sup>10</sup>

Existiam outras questões que representava a ala trabalhista pragmática, destacava-se o nacionalismo, que no início da década de 30 estava um tanto exacerbado traduzia em

---

<sup>8</sup> GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. FGV.2005. p. 194

<sup>9</sup> D'ARAUJO Maria Celena. Sindicatos, Carisma e poder. O PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas.1996

<sup>10</sup>GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. FGV.2005. p. 227

projetos econômicos, com a modernização do país, como também futuramente uma melhor redistribuição de riquezas e benefícios sociais. O objetivo de construir no país várias empresas de base, mesmo controlada pelo governo, ascendia nos trabalhadores de que o país estava indo para o rumo certo, e que eles não erraram ao apoiar Getúlio. Essa natureza nacionalista continuou mesmo após o fim da Era Vargas.

Na verdade, tais concepções de permanência do trabalhismo sobreviveram a Vargas, pois ao final dos anos 50 e no início dos 60 a concepção de soberania nacional como fundamento do desenvolvimento econômico e social alcançou grande dimensão, animada por um discurso de forte capacidade de agregação social que denunciava, por exemplo, a remessa de lucros para o exterior<sup>11</sup>

A Revolução de 30 teve entre os seus idealizadores retornar o avanço econômico e modernizador que acabou com os primeiros anos da Primeira Republica, as oligarquias que dominaram o Brasil nesses quarenta últimos anos pensaram só em si e trabalhavam só para isso, o Brasil estagnou economicamente, e não avançou em modernização, foi uma época de poucas mudanças na indústria e na vida dos trabalhadores, que já vinha se firmando como a maioria da população brasileira.

A pobreza começava a ser alarmante no Brasil da Primeira Republica, crianças trabalhando em condições sub-humanas, muitos dos imigrantes da zona rural, passavam fome nas ruas, precisava de uma transformação que atendesse os quesitos sociais. Assim se buscava a solução dos problemas sociais, então o novo regime precisava encontrar meios de atender a essas necessidades.

Nesta visão, legítimo seria o regime que promovesse a superação do estado de necessidade em que vivia o povo brasileiro, enfrentando a realidade política e econômica da pobreza de massas, se nenhum dos governos pre-30 reconheceu a prioridade da questão social no Brasil, isto se deu justamente porque encaravam o problema da pobreza como inevitável e até porque encaravam o problema da pobreza como inevitável me até funcional para a ordem socioeconômica. Mas tal perspectiva precisava ser radicalmente transformada, uma vez que cumpria dar ao homem brasileiro uma situação digna de vida., A grande finalidade da obra revolucionária era justamente enfrentar este estado de constante necessidade em que vivia o povo brasileiro, estado desumanizador que identificava o trabalho como um apanágio da pobreza. Neste sentido, a pobreza e o trabalho precisavam entrar na cena política.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história: Debate e crítica. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 2001. p 185.

<sup>12</sup> GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. FGV.2005. p. 197

O Brasil era governado pelo pensamento liberal desde a Proclamação da República, esse pensamento era majoritariamente aceito por uma minoria oligárquica que, contrariava o poder do Estado sobre a economia, se o Brasil durante todos esses anos só viu a pobreza crescer e a miséria tomar conta dos brasileiros, algo estava errado. Então essa nova forma de agir, deveria estar ligada intrinsecamente ao brasileiro, o trabalhador seria o ponto chave da revolução, é para ele que a democracia deve agir. A época exigia soluções mais pragmáticas e humanas em relação as questões sociais, o nascimento do Estado Brasileiro não condizia mais com os liberalistas, que viam as mazelas sócias apenas como espectadores, esperando que tudo se acertasse sozinho.

A nova democracia tinha o ser humano como alvo de suas preocupações, não desejando nem sua desintegração, como ocorria no liberalismo, nem sua estatização, como ocorria no totalitarismo. O estado moderno precisava humanizar-se, pois só assim cumpriria seus fins últimos, definidos por seu espírito, e não pelas formas políticas que pudesse assumir. Para tanto o estado novo devia integrar-se a vida popular, dando melhor assistência social as populações, maior amparo a dignidade à personalidade humana. Desta forma a grande evolução das democracias seria abraçar o ideal de respeito ao trabalho, como meio de valorização do homem.<sup>13</sup>

O que era mais importante para Revolução de 30 era salvar o trabalhador das margens da sociedade, o país ele inaugura uma nova mentalidade de governar, o Estado não via os trabalhadores mais como estorvo, mas como um aliado na permanência do poder. Buscava atender os trabalhadores como uma forma de instigar a democracia, quantos mais os trabalhadores estivessem satisfeitos, mais se fazia democracia no país.

Para continuar no poder Vargas teve que ajudar os trabalhadores, existia essa ligação entre o Estado e a classe proletária. O Estado Novo via agora no trabalho uma visão positiva na mudança do Brasil. O trabalho era o centro das atividades do homem no Brasil da Era Vargas, cada brasileiro que tinha um emprego era visto como uma peça importante para construção do Brasil moderno. Os trabalhadores agora estavam incluídos na sociedade, visto que era a classe que poderia dar maior apoio a Getúlio. As mudanças foram sentidas pelos trabalhadores, as leis muitas foram em seus benefícios, as notícias eram para sua classe, entre outras coisas.

O trabalho deveria ser encarado como uma atividade central na vida do homem e não como meio de ganhar a vida. Isto implicava que o homem assumisse plenamente sua personalidade de trabalhador, pois ela era central para sua realização como pessoa e sua relação com o Estado. O trabalho outrora forma de escravidão é hoje um meio de emancipação da personalidade, algo que

---

<sup>13</sup> GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. FGV.2005. p 201.

valoriza o homem e o tona digno do respeito e da proteção da sociedade. Viver honestamente do trabalho, encontrar em seu próprio esforço esse sentido de utilidade social capaz de canalizá-lo para o bem comum, é o maior dever do cidadão e sua mais alta virtude no Estado moderno.<sup>14</sup>

No começo, houve muito que não apoiavam as mudanças de Vargas, empresários estavam descontentes, lideranças políticas e sindicais foram aos poucos sendo abafados, enquanto o poder Estatal ia aumentando, e as lideranças que ficaram ao lado do Estado foram aparecendo. O setor oligárquico ficava cada vez mais pressionado com as decisões de Vargas acerca da economia e dos trabalhadores. Vargas queria enfraquecer o poder das oligarquias e transferi-lo para o Estado, o poder outrora dividido entre coronéis no sul e sudeste agora era dominado pela forte presença do Estado.

O mundo estava mudando no início do sec. XX, os pensamentos liberais não estavam, mas satisfazendo a maioria, a crise de 29, veio para dar um tapa na cara da sociedade mundial. Com o Brasil não foi diferente, mesmo sentindo menos que os países desenvolvidos, a crise mundial de 29 mostrou o que um Estado, e uma economia totalmente liberais pode se desestruturar facilmente, as oligarquias só pensam no lucro, sem ter nenhum interesse pelas causas sociais, e foi aí que os regimes totalitários começam a ganhar oportunidade mundo a fora. O totalitarismo se baseava na força do nacionalismo, no controle do Estado para evitar as mazelas sociais, e a população aos poucos apoia essas ideias, o Mundo na crise que estava, somente um Estado forte poderia resolver certas questões.

A partir do Estado Novo Vargas era considerado um líder Nacional e foi colocado no centro das atenções até 1945, sua imagem encarna essa época do regime ditatorial do Brasil e todas as suas consequências, foi nesse período que surgiu a alcunha de pai dos pobres, e o líder dos trabalhadores. Era dele que vinham todas as resoluções, nada era feito sem seu consentimento, essa maneira dava aos trabalhadores uma visão de um líder forte, que o Brasil precisava, confirmado o que acontecia no exterior.

O que acontecia no Brasil era reflexo do que se via no exterior. Getúlio se espelhava em países como a Alemanha, Itália e Portugal para perpetuar seu governo, a ditadura do Estado Novo foi uma imitação até certo ponto do que estava acometendo lá fora. Ele usava seus poderes como líder da nação para suprimir qualquer um que se

---

<sup>14</sup> GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. FGV.2005. p 202.

opusesse ao novo regime, utilizando da força, dos meios de comunicação e também das suas relações com outros políticos para colocar tudo no seu lugar.

É importante não esquecer que no ano anterior, em janeiro de 1933, Hitler chegava ao poder na Alemanha, prometendo levar o País a liderança mundial. Na Itália, dizia-se que Mussolini operava milagres. Os estados fortes, com regimes autoritários, eram apontados como solução para a crise do estado de democracia liberal e o capitalismo de livre concorrência, que parecia haver falido depois da quebra de valores de Nova York em 1929.<sup>15</sup>

Getúlio foi aos poucos encontrando um modo de mesclar as duas formas de pensar em seu governo, queria fazer um equilíbrio de democracia social aliado ao totalitarismo europeu, se apegando aos trabalhadores como um fator intermediador do sucesso do plano. Esse modelo intervencionista utilizava o trabalho como uma razão de democracia e nela uma política de proteção aos trabalhadores brasileiros, o Estado Novo Getulista reconhecia o capital, e reconhecia a importância da propriedade privada entre outros direitos individuais, O Estado só queria combater o liberalismo<sup>16</sup> político brasileiro, que inflamava as divergências, afirmando que um país só poderia crescer se existe uma unidade em todos os aspectos políticos e sociais.

A nova democracia partia justamente da concepção de uma sociedade de indivíduos desiguais por natureza, em que a missão do Estado era promover artificialmente condições de maior igualdade social. O estado nacional erguia-se em função do fundamento da desigualdade dos homens e das nações e postulava soluções políticas específicas para cada povo. Tratava-se de aprofundar a ideia de independência entre os conceitos de democracia e de liberal-democracia e, em vez de procurar formulas que garantissem um máximo de liberdade e um mínimo de autoridade, buscar os meios de tornar a autoridade mais justa e mais eficiente no enfrentamento da questão social da necessidade.

<sup>17</sup>

Getúlio desde o 1930 tinha problemas a resolver com os partidos políticos, para ele e para o novo modelo de governo, os partidos nada mais eram que ervas daninhas que atrapalhariam seu governo, o governo entrava na era da supremacia do Estado, aos partidos políticos era visto por Vargas e pelos revolucionários de 30 como um atraso ao novo modelo governamental, onde só se inflamava as desavenças e as inimizades entre os brasileiros e até mesmo entre regiões.

---

<sup>15</sup> JORGE, F.; DELGADO, L. A. N. O Brasil republicano. O tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.2019. p 18.

<sup>16</sup> Doutrina que visa a garantia de direitos considerados fundamentais: direito à liberdade, à propriedade e à igualdade perante às leis. Estado deveria intervir o mínimo possível na vida das pessoas, atuando apenas como juiz para a resolução de conflitos.

<sup>17</sup> GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. FGV.2005. p 203.

Por meio de um conjunto de medidas, baixado em nome da paz social e do fim das lutas de classes, o governo de Getúlio Vargas transformou os sindicatos em órgãos de colaboração do estado, sufocando o movimento sindical como instrumento de promoção e articulação da classe trabalhadora<sup>18</sup>

Em 1931 Getúlio cria a unicidade sindical, ou princípio do sindicato único, não poderia ter um mesmo sindicato sobre o mesmo propósito em qualquer região do Brasil, e aquele sindicato deveria ter a permissão do ministério do trabalho para poder funcionar, o estado controlava os recursos do sindicato cadastrado ao Estado, proibindo a sua utilização em períodos de greve, a unicidade facilitava o controle do Estado em todos os aspectos, pois tinha um maior conhecimento dos trabalhadores e líderes.

Para o reconhecimento do sindicato pelo ministério do trabalho teria que se abster de toda e qualquer propaganda de ideologias, de caráter social ou políticos, vedada também a sindicalização de servidores públicos. Vargas já tinha pensando em tudo para controlar o Estado brasileiro, desarticulando assim seus potenciais interventores e opositores, ele com a força que tinha. O Estado controlava os sindicatos, já em 1937 com o Estado Novo, eles proíbem o direito de greve e intervindo nos sindicatos com várias proibições que inviabilizava seu papel.

O modelo sindical varguista, ao copiar o modelo sindical italiano pré II Guerra Mundial, cuidou de fragmentar a ação sindical em categorias profissionais estatais e em pequenas unidades territoriais. A impossibilidade da existência das centrais sindicais demonstra o tipo de concepção que prevaleceu na legislação. Só cabia aos sindicatos atuarem sobre os interesses imediatos dos trabalhadores, ainda assim de modo absolutamente previsível e controlado. Os conflitos não eram tratados politicamente, através de mecanismo, negociação e diálogo, mas apaziguados pela justiça ou pela repressão.<sup>19</sup>

Os partidos e todo tipo associação era de certa forma inimiga do Estado, mas eles resolveram pacientemente, ganhando o apoio do povo e paulatinamente desbaratando qualquer tipo de insurgências políticas e trabalhistas. Com esse modelo de controle sindical, e os poderes normativos que as leis da justiça escreveram eles dominaram os sindicatos quase que de absoluto.

A identificação entre Estado e nação elimina a necessidade de corpos intermediários entre o povo e o governante. O futuro da democracia brasileira não implicava em partidos ou assembleias como fonte da vontade popular. Em substituição a tais mecanismos – nos quais se despendia tempo e dinheiro preciosos – encontravam-se os órgãos técnicos e as corporações que

---

<sup>18</sup> INACIO, Jose Reginaldo. Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos? Belo Horizonte. Crisalida.2007. p 156.

<sup>19</sup> JORGE, F.; DELGADO, L. A. N. O Brasil republicano. O tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.2019. p 86.

consultavam as verdadeiras necessidades sócias pela observação e pela experiência diretas. As funções dos governos modernos eram, acima de tudo função de especialização técnica, donde a importância da criação dos órgãos representativos da vida econômica do país que podiam, como interlocutores válidos, exprimir a vontade popular<sup>20</sup>

É importante considerar que na Era Vargas se deu como em nenhum outro momento da história, a importância alegada as comemorações de natureza nacional, foi nesse período que se criou algumas datas nacionais no calendário que ainda hoje fazem parte da nossa história e das nossas comemorações, entre ela o primeiro de maio, a festa do trabalhador, onde o qual Getúlio sempre dava grande importância e não devia passar em branco. Essas festividades aumentavam a idolatria dos brasileiros em relação a Vargas e sempre traziam uma aproximação com seus trabalhadores e apoiadores.

As festas nacionais aproximavam o povo e trabalhadores de Getúlio Vargas, ajudando nesse sentido o apoio do povo ao seu Líder político e nacional, isso também fazia parte das propagandas do Governo Central, na busca incessante do controle social e político daquela época. O presidente se mostra sempre como um amigo, uma pessoa da família de cada brasileiro, e assim ele se interessa, pois é com essa forma de adentrar as casas dos trabalhadores que recebe sempre o apoio, durante todos os anos de seu governo.

De qualquer forma este conjunto de festividades – coordenado em grande medida pelo DIP -, associava-se a outras práticas de propaganda deste departamento e também a outras iniciativas de autoridades estaduais e federais, demonstra o quanto se investiu na criação e difusão de uma imagem do regime e de seu chefe. O que interessa destacar é que elas se integravam, ao mesmo tempo que precederam e redimensionaram a intenção básica da política doutrinária do ministério do trabalho, ou seja, elas estruturaram uma aproximação significativa e personalizada entre autoridade e o público trabalhador.<sup>21</sup>

As comemorações também ajudam a entender o pensamento político na Era Vargas, como aos poucos a classe trabalhadora foi sofrendo a influência do governo do Estado e perdendo sua força como organização separada, as constantes leis que melhoravam sua condição social, distanciava os trabalhadores de uma posição mais enérgica e batalhadora contra o governo, os partidos foram extintos no Estado Novo e os sindicatos estavam perdendo sua força.

## **2.2 O controle dos trabalhadores na Era Vargas**

---

<sup>20</sup> GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. FGV.2005. p 216

<sup>21</sup> Ibidem. p 217.

Até 1929, quando houve a quebra da bolsa de valores de Nova York e colocou todo o mundo em uma situação nunca vista antes, acreditava-se que a economia global era um organismo vivo, que se adaptava a qualquer situação, sem precisar nenhuma intervenção Estatal. A crise econômica que se deu após esse evento mostrou a todos os amantes do liberalismo político e econômico que não era tão fácil. Como consequência dessa crise financeira a intervenção do Estado fez-se necessária para minimizar os efeitos, geração de empregos, controles de preços, privatizações de grandes empresas, obras públicas, todo esse arcabouço ajudou a criar no Estado a confiança que o povo necessitava pós 1929. Esse exemplo se deu não só nos EUA e no Brasil, mas em muitos países da Europa, o Estado teve que se interver para tentar apaziguar a crise que o liberalismo econômico estava deixando no seu país, e foi aí que a política do estado forte ganhou seu espaço.

O populismo que veio da pessoa de Getúlio começa a fazer uma diferença muito grande nas margens da população brasileira, Getúlio era visto agora como uma grande liderança política que poderia mudar o rumo da história brasileira, em direção ao progresso e a modernidade. Todos esperavam suas próximas ações, suas promessas para com os trabalhadores. Nasce então aquele sentimento de relação de proximidade com seu comandante, o que facilitaria futuramente as ações de Vargas com cada vez menos resistência.

No varquismo, não apenas as técnicas de manipulação destinadas a provocar mudanças de sensibilidade e exaltação dos sentimentos, mas também as formas de organização e planejamento dos órgãos encarregados da propaganda política revelam a identidade com a proposta totalitária. No entanto, elas apresentam características particulares e produziram resultados distintos do modelo europeu<sup>22</sup>

No Brasil pós Revolução de 30 o Estado se fortaleceu na pessoa de Getúlio Vargas, apoiado pelas oligarquias, e pelo exército o líder populista se fortaleceu entre os trabalhadores graças a criação de direitos trabalhistas, mas junto com a ajuda veio também as formas de controle que seu governo estabeleceu, logo no início do seu governo provisório (1930-1934) Getúlio eliminou os órgãos legislativos nos níveis federais, estadual e municipal e cancelou as eleições. Foram nomeados inteventores estaduais provocando o descontentamento de vários partidos e oligarquias. Ao nomear inteventores Getúlio e suas lideranças, almejavam centralizar o poder na capital,

---

<sup>22</sup>PANDOLFI Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 168

diminuindo as influencias oligárquicas, evitar os atritos internos e fortalecer seu controle como presidente.

Ao mesmo tempo que fazia concessões ás forças políticas locais, substituindo interventores, Vargas tomava medidas que reforçavam o controle sobre os estados e cerceavam sua autonomia. Em agosto de 1931 o governo promulgou o código dos interventores: os estados não podiam contrair empréstimos externos sem autorização do poder central. Também não podiam gastar mais do que 10% da receita ordinária com serviços da polícia militar, dotar as policias estaduais de artilharia e aviação ou arma-las em proporção superior ao exército. Para um regime que queria combater o exacerbado federalismo da republica velha, a nacionalização das formas armadas era uma questão crucial.<sup>23</sup>

Junto com as decisões de controle estadual e municipal, houve também a elaboração de uma nova Constituição em 1934, e aqui Getúlio começa a criar uma imagem que mais se aproximava do povo, que se misturava aos seus anseios, um verdadeiro líder da nação, com a consolidação do voto feminino e o ensino primário gratuito, junto com a criação da justiça do trabalho, era muito mais que a população carente do Brasil esperava, várias mudanças para uma população sofrida, que até aquele momento nenhum líder político tinha mudado algo substancial na vida do pobre.

Quando Vargas tornou-se vitorioso, os direitos trabalhistas foram essenciais para alavancar sua popularidade e particularmente a industrialização do país, organizar a classe trabalhadora já deveria ter acontecido a muitos anos, desde o início dos anos 1900 os trabalhadores lutavam e se organizavam pelos seus direitos, Vargas ao atendê-los, fez como se fosse um milagre a legislação trabalhista

E o sindicato da era Vargas, como era proibido de exercer a luta de classes, tornou-se um órgão assistencialista, com centro de saúde, serviços, advogados, lazer e etc. Com a criação do imposto sindical e da lei do enquadramento sindical, consolidou-se o domínio o ministério do trabalho sobre os sindicatos, E assim desenvolveu-se o trabalhismo varguista: combinando dádiva, manipulação e repressão, controlando a legislação sindical e fazendo concessões na legislação trabalhista, o mito varguista pode se desenvolver. Mas isso não impediu que as lutas operarias se desenvolvessem amplamente durante os anos de 1930-1964<sup>24</sup>

As consecutivas mudanças legislativas que estavam acontecendo no governo de Vargas, criava na mente do trabalhador brasileiro um presidente que realmente se importava com os mais pobres, essa estratégia funcionou perfeitamente,

---

<sup>23</sup> CANCELLI Elizabeth. O mundo da violência. Brasília. Editora Universidade de Brasilia.1993. p. 61

<sup>24</sup> INACIO José Reginaldo. Sindicalismo no Brasil os primeiros 100 anos? Belo Horizonte. Crisalida.2007. p 290

Durante o período da Era Vargas, o governo conseguiu fazer com que seus cidadãos se engajassem na ideia de uma nação, um novo país que precisava deles para crescer. Outra forma de endurecimento do governo central foi a caça aos comunistas, e delatar um comunista fazia daquela pessoa um patriota, um soldado da nação entre outras características, isso influenciava assim a parcela dos trabalhadores, que graças as essas ações da polícia, tinham o medo de ser o próximo delatado.

O que não era novidade: Vargas nunca hesitara em usar a ameaça da subversão comunista para justificar medidas repressivas contra a esquerda e seus simpatizantes. Em março, acertou com o departamento de polícia da cidade de Nova York o envio de dois especialistas em tática anticomunista.<sup>25</sup>

Os comunistas foram de longe os maiores inimigos do estado de Getúlio Vargas, tudo que acontecia dentro e fora do governo de Getúlio, os comunistas eram os responsáveis, com uma história não muito amigável Getúlio tinha que ter um bode expiatório nas suas deliberações políticas arbitrárias, e o inimigo comunista foi o principal durante seu governo, sinônimo de vandalismo, bagunça e indisciplina delegou a eles seus principais problemas, e ações.

Os comunistas se tornariam o alvo mais constante, embora não o único, da investida, policial a se tratar do combate ideológico e social. Seus militantes e simpatizantes seriam igualmente priorizados como inimigos em potencial. Uma das razões dessa.<sup>26</sup>

O trabalhadores que foram excluídos de suas atividades por conta da ameaça comunista também pode entrar como exemplo nesse controle estatal, os inúmeros sindicalistas e trabalhadores importantes para o movimento social foram excluídos de suas empresas e de seus sindicatos a partir de 1934, ou seja a dificuldade de trabalho aos comunistas, foi um golpe aos trabalhadores de certa forma que se organizavam, era dessas pessoas que vinham as ideias e a vontade de luta entre os trabalhadores, eles eram idealistas, e o governo de Vargas tratou de distancia-los da luta social. Pelo medo de ser preso ou exilados muitos empresários foram aos poucos tirando seus funcionários que poderiam criar problemas com o governo.

As manifestações individuais, de cidadãos que se colocavam no papel de atentos delegados ideológicos do Estado eram fortalecidas porque, além de tudo, a sociedade como um todo estava tratando de punir os comunistas, seja na forma de prisão, perseguição, medo ou na de alienamento dos círculos sócios ou de trabalho. Os sindicatos tiveram um papel destacado quando trataram de excluir do trabalho os inimigos comunistas. A negativa de trabalho aos comunistas

---

<sup>25</sup>LEVINE Robert M. Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas. Companhia das Letras. São Paulo. 2001.p 79

<sup>26</sup>CANCELLI Elizabeth. O mundo da violência. Brasília. Editora Universidade de Brasília.1993.p 80

correspondia, na verdade a uma negativa de existência real em um mundo que não tolerava pluralidade. Se o esforço nacional constituía-se em formatar todos os cidadãos a partir de um modelo, a ideia do comunista.<sup>27</sup>

Nas palavras de Elizabeth Cancelli o trabalhador estava sendo coagido, eles não poderiam mais ter ideias comunistas, muito menos se associarem a partido ou o quer que seja dessa esfera ideológica, mas tudo isso na visão de Getúlio era para se ter uma nação melhor, pois a pluralidade de pensamentos causava confusão e discordâncias. O estado brasileiro tinha motivos para se tornar inimigo nos comunistas, por serem de esquerda, questionavam o capitalismo, eles eram um inimigo objetivo pois contrariava muito do que o governo de Vargas pregava, unicidade capitalismo, modernidade e trabalho. Os trabalhadores foram prejudicados com essa perseguição aos comunistas, muitos dos seus representantes mais importantes foram silenciados ou exilados, o que feria a liberdade do trabalhador e assim o colocando cada vez mais no escuro.

Nesse tópico é justo falar das leis relacionadas aos sindicatos, todas em conformidade com o plano de centralização de poder de Getúlio, como já foi comentado, Vargas não queria o país e seu povo com ideias, projetos e liberdades, na nova organização o povo devia ser disciplinado com seus deveres, deveria apoiar a nação. Um trabalhador tem por dever apoiar sua nação, e para isso o trabalho era o que o Estado enxergava para o trabalhador e não as ideias de subversão dos comunistas.

Depois da Revolução de 30 os sindicatos estavam se reorganizando de forma diferente dos anos anteriores, a novo modelo era baseado não mais como uma unidade de trabalhadores, mas sim por ramo de atividade, os sindicatos que abarcava os trabalhadores em geral não. Então com o decreto nº19770 <sup>28</sup>de 19 de março de 1931, o texto permitia a busca por direitos, reuniões com o patronato, fiscalização dos salários entre muitas coisas que beneficiaram o trabalhador, possibilitou a união de classes de trabalhadores parecidos em uma mesma sindical, tendo então uma organização melhor para os trabalhadores. Mas em compensação os sindicatos agora eram vinculados ao Estado, o estado tinha o controle das sindicais, que não poderiam funcionar fora nas normas apresentadas pelo decreto de 1931, caso isso acontecesse estaria fora da lei e poderia ser desativada.

---

<sup>27</sup> CANCELLI Elizabeth. O mundo da violência. Brasília. Editora Universidade de Brasília.1993. p.96

<sup>28</sup> BRASIL. Decreto nº19770 de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e da outra providencias.

Após a revolução de 30, os critérios de articulação do sindicato único começaram progressivamente a se impor em bases territoriais. O período de 1934 a 1945 foi, sem dúvida o da consolidação, por parte do Estado brasileiro , do controle sobre o operariado no país, nesse processo, os princípios de autonomia e pluralidade sindicais da constituição de 1934 não garantiram a livre atuação do movimento operário, e com o Estado Novo, em 1937, o Estado assumiu abertamente sua feição corporativa, disciplinando as atividades sociais em gerais.<sup>29</sup>

Os trabalhadores inicialmente reagiram se afastando dos sindicatos, mas o decreto lei de 1940, instituindo o imposto sindical fez que os trabalhadores se aproximasse novamente do Estado, durante todo o período do Estado Novo, sempre querendo melhores salários e condições de trabalho, mas ao mesmo tempo com receio de perder seus direitos de modo geral, e o emprego de modo particular

Durante esse período vários sindicatos se opuseram ao decreto, lutando para manter as suas associações livres da mão do governo. Mais em sua maioria nos anos seguintes eles apenas tentaram o reconhecimento ministerial, o direito agora só poderia ser dado se o trabalhador estivesse em comunhão com o sindicato autorizado, o movimento sindicalista livre em poucos anos teve suas atividades reduzidas. Agora todos teriam que se unir ao estado para se ter acesso aos direitos que o presidente junto com o ministério do trabalho estava garantindo.

Os trabalhadores foram vistos como vítimas de um novo modo de dominação que eliminou a autenticidade do movimento operário da primeira república ou como vetores passivos de sustentação de uma nova estrutura destinada a cooptá-los. Entretanto, tratou o processo de implantação do novo padrão de relação entre o Estado e classes sociais como um movimento que poderia ser chamado de consentimento ativo: A nova estrutura contou com a adesão militante de parcelas significativas do sindicalismo preexistente<sup>30</sup>

Pode ser entendido como o Estado estava se aproveitando dessa situação de controle, como que para cadastrar cada trabalhador, e dificultar os seus insurgentes, colocando esse tema, nas palavras do próprio líder do sindicato dos trabalhadores gráficos, suas palavras expressam bem como os trabalhadores estava sendo aos poucos arrochados pelo governo.

Diante da nova lei de férias, determinando que só terão direito ao gozo de férias os operários que se encontram organizados em sindicatos oficializados, a nossa existência de sindicatos livre está seriamente ameaçada. A comissão executiva, em diversas reuniões, examinou detidamente o assunto e verificou a

---

<sup>29</sup> INACIO José Reginaldo. Sindicalismo no Brasil os primeiros 100 anos? Belo Horizonte. Crisalida.2007.

p 290

<sup>30</sup> Ibidem. p 293

impossibilidade de encontrar, por si só, uma solução que venha resolver a situação bastante delicada em que estamos, podemos mesmo adiantar que hoje quase a totalidade da corporação é pela oficialização do nosso sindicato não só para a obtenção de férias como também para salvar a própria unidade organizatória dos trabalhadores.<sup>31</sup>

Com essa , fica claro que os trabalhadores dessa instituição e de tantas outras pelo Brasil não tinha saída, era impossível continuar com os chamados sindicatos livres<sup>32</sup>, o decreto de 1931 foi um golpe aos trabalhadores, as associações sindicais e a liberdade.

O trabalhador nunca teve muito direito no Brasil republicano, ele esperava que com a Revolução de 1930, sua classe teria alguma importância, sempre foi explorado pelos industriais, pelos patrões e pelo próprio Estado que não lhe garantissem algo mínimo a que se agarrar. A classe trabalhadora ela via no Estado o único caminho para melhoria das condições de trabalho. Os trabalhadores também eram desestimulados pelos processos jurídico que lhe era oferecido, a bagunça legislativa dos seus direitos atrapalhava a sua obtenção, elas parecem tem sido criada para não acontecerem. A dificuldade de se arranjar um advogado, dinheiro não tinham, o sindicato muitas vezes não autorizava o uso daqueles que estavam designados, o trabalhador desistia da busca por direitos antes mesmo de começar, tamanha eram as barreiras que iria enfrentar nessa tarefa.

Analises sobre outras conjunturas e categorias de trabalhadores também revelam que a parafernália legislativa e o aparato jurídico eram acionados pelos trabalhadores por entenderem estes que o poder arbitrário e privado do mundo da produção podia encontrar limites no domínio da lei, fazendo emergir no eu imaginário a crença simbólica nos direitos. Por outro lado, paradoxalmente, as leis e a justiça parecem ter sido criadas para não funcionar com eficácia, oferecendo grande margem de manobra para as burlas e o arbitro patronal.

Nesse trecho do livro de Jorge Ferreira, comprehende-se que as leis trabalhistas, embora criadas para ajudar o trabalhador como uma figura hipossuficiente, na verdade o deixava à mingua, pois não tinha uma real serventia, já que estavam os patrões muito mais preparados para a sua oposição, já com todo aparato possível em resposta a busca do direito do trabalhador

Quando a CLT foi apresentada ao público, os trabalhadores tiveram enfim suas esperanças concretizadas, seus direitos estavam agora garantidos por lei, mas a realidade

---

<sup>31</sup> A Revolução de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, D.F.;Ed. Universidade de Brasilia. 1982. p 722.

<sup>32</sup> PANDOLFI Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p.233

era completamente diferente, existia uma diferença muito grande entre a Lei e o que imperava na realidade, e a CLT entregue pelo Estado. Na prática os direitos eram negados constantemente pelo patronato, e as leis se revelavam frágeis, a fiscalização não existia, e quando muito, se saia uma sentença, não era em prol do trabalhador.

O Governo de Getúlio apertou os laços de controle sobre os trabalhadores, a Era Vargas foi uma ditadura populista, com algumas semelhanças com outras pela América, mas cada governo é algo particular. Mas se tem uma semelhança entre os governos ditatoriais é o controle pelo medo, no caso o medo da polícia, de ser preso, de apanhar, sequestrado e coisas do gênero. Isso faz parte do imaginário de todos que vivem tempos ditatoriais. O trabalhador tinha medo de ser preso pela polícia, ser traído por pessoas próximas e ir parar na cadeia ou coisa pior.

A polícia nesse contexto, começou a exercer um novo papel. No momento o governo passara a ser o estado, e a polícia, o mais importante dos órgãos de poder da sociedade, uma vez que personificava o braço executivo da pessoa do ditador e de um novo projeto político.<sup>33</sup>

Logo após a Revolução de 1930 ele teve o cuidado de exonerar todos aqueles que tinham qualquer relação com os comunistas estrangeiros lideranças trabalhistas, principalmente, a polícia agora tinha que ser limpa, trazer uma nova fase a revolução e ter também mais controle sobre a população. Getúlio queria reorganizar a polícia de forma que ela atendesse sempre ao seu chamado.

No restante do país o procedimento foi o mesmo, foram substituídos os chefes de polícia, e concretizando o novo direcionamento a ser dado no aparato policial. Vargas também resolveu em 10 de janeiro de 1933, decretar que o serviço policial do distrito federal ficasse sob a inspeção suprema do presidente da república e sob a superintendência do ministro da justiça e Negócios Interiores.<sup>34</sup>

Vargas durante seu governo tinha o controle policial e passava para todos que esse controle era de forma autônoma, sem ter qualquer limite imposto pela legislação. Sua relação com a polícia era algo imprescindível para os novos moldes do governo. Vargas não via limites, sua palavra era a lei que a polícia colocava em vigor, e todos sabiam disso.

A polícia era agora vista com outros olhos pelo cidadão brasileiro, durante a república velha, era muito menos preparada, e não tinha viés político por causa do modelo de governo daquela época, o liberalismo atuava inibindo a polícia, pois ela não fazia parte

---

<sup>33</sup> CANCELLI Elizabeth. O mundo da violência. Brasília. Editora Universidade de Brasilia.1993. p.45

<sup>34</sup> Ibidem. p.49

do meio político. Já no governo Vargas ela muda totalmente de figura, por ordem do ditador, ela agora estava no centro de todas as questões governamentais, pois e partindo dela que as ordens do novo governo devem ser executadas, não mais a sociedade que ela atendia, e sim a ditadura.

Esses fatores foram agravados porque nesta transmutação dos objetos de ação, que visava a teoria criminal, a polícia passou a ser controlada pelo governo e não por poderes judiciários, independentes que seguissem a tradição clássica republicana. A modificação dessa ênfase foi importante para a história social e política do Brasil, porque estas forças policiais passaram a trabalhar tanto com delitos penais quanto com delitos políticos<sup>35</sup>

A vigilância que o Brasil foi posta definiu os próximos anos dos brasileiros, os trabalhadores, servidores, todos estavam sendo observados, tanto pela polícia, quanto pelos vizinhos, amigos. Medidas extralegais tomadas pela polícia como averiguação de elementos considerados nocivos a ordem pública, permanência de prisioneiros que já deveriam sair das cadeias, tudo isso ajudou a instaurar o medo na população. O principal ficava com as prisões, quase todas feitas em segredo, no cair da noite, o que impulsionava ainda mais o reinado de terror do governo de Getúlio, policias invadiam as casas em procura de algo suspeito levando embora seu morador, normalmente um trabalhador que teve o azar de ser delatado por algo ínfimo.

O exercício puro e simples do terror, implantado pelo estado, através e com a polícia, representava a prova incontestável de que tudo apregoado pelo Estado tornara-se verdadeiro: as crises, o perigo comunista, a ganancia anticristã dos liberais, a inadaptabilidade dos estrangeiros, as conspirações contra o povo brasileiro, a ameaça internacional da política do Komintern<sup>36</sup>, os maus hábitos ou tudo aquilo que fosse apontado como causador de dano.<sup>37</sup>

Foi implementado várias formas de controle policial, serviços secretos, modos de atribuições de profissões, tudo de forma a controlar a população, e quem fiscalizava era a polícia, qualquer comportamento suspeito, poderia entrar no crivo policial, e deveria ser chamado para interrogatório entre outras medidas mais. O trabalhador que se relacionasse com o comunismo estava a mercê dessa nova política, onde o comportamento agora estava sobre o julgo policial.

O serviço especial de identificação de empregados domésticos, obrigando esses trabalhadores a se identificarem na polícia civil, onde era mantido um cadastro,

---

<sup>35</sup> CANCELLI Elizabeth. *O mundo da violência*. Brasília. Editora Universidade de Brasilia.1993. p.29

<sup>36</sup> Komintern” é o termo russo usado para designar a III Internacional Comunista (1919-1943), uma organização, ou melhor, mobilização comunista iniciada por Lenin e pelo partido bolchevique após a Primeira Guerra Mundial

<sup>37</sup> CANCELLI Elizabeth. *O mundo da violência*. Brasília. Editora Universidade de Brasilia.1993. p.26

um sistema de identificação e registradas queixas contra os empregados. Com esse serviço, a polícia mantinha diretamente sob sua vigilância uma parcela dos trabalhadores menos especializadas e fora da esfera de qualquer sindicato.<sup>38</sup>

Os que trabalhavam com as artes, esses tiveram, mais dificuldades de exercerem sua profissão, agora todo produto de arte deveria ser fiscalizado pela polícia para se constar que estava nos parâmetros. Não se poderia mudar ou alterar textos, ensaios ou qualquer outra coisa que estivesse no roteiro do autor, e esse ficava sob vigia da polícia. Caso houvesse alguma mudança, ou algo que fosse de desagrado, o responsável pelo espetáculo já estaria sob julgo da polícia. Os trabalhadores artísticos não tinham mais liberdade de criação, as normas era seguir o regime conforme suas regras.

No caso das atividades artísticas, havia um reflexo do espírito da nova lei. A polícia de Muller conseguira que, através da nova legislação, os profissionais do ramo fossem legalmente coagidos a cumprir, todas as determinações da censura, interpretar fielmente o texto e a marcação, sem poder alterar ou acrescentar qualquer palavra nas representações sem autorização previa do autor – que necessariamente deveria estar presente – e da censura. Foi também decretado que os artistas e auxiliares teatrais deveriam obedecer ao diretor e ao ensaiador, sendo obrigados a participar dos espetáculos, salvo por motivos de força maior.<sup>39</sup>

A estratégia orquestrada por Getúlio e seus líderes era clara, manter o poder e sua população no mesmo ordenamento baseado no medo. A população sempre atenta aos inimigos durante todo o governo, deu sempre poder e liderança a polícia, pois estavam elas sempre defendendo a população de algo que era prejudicial a nação, ou foi o que se acreditou durante seu governo. O nacionalismo foi um dos alicerces das ideias varguistas e do controle policial, todos queriam ser brasileiros, queriam fazer parte da nação e ajudar o Brasil.

Esta ação policial estava envolta na construção e no direcionamento que levavam a criação de mitos circundados, pela promessa de uma sociedade futura, através de um novo projeto político e referendo por uma releitura do passado. Getúlio Vargas dizia que somente os povos nacionalistas e vigilantes poderiam subsistir, por isso o amor ao Brasil, era a manifestação representativa que fundava o apego a figura carismática do líder, uma vez o efeito de verdade se criava através do nacionalismo.<sup>40</sup>

Nas palavras de Cancelli dá para se entender que o nacionalismo foi a desculpa usada pelo Estado para controlar a vida dos brasileiros, quem queria ser um brasileiro e estava com a nação deveria seguir as normas do estado, e a polícia estava sempre a postos

---

<sup>38</sup> FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história: Debate e critica. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 2001. p 174

<sup>39</sup> CANCELLI Elizabeth. O mundo da violência. Brasília. Editora Universidade de Brasilia.1993. p.61

<sup>40</sup> CANCELLI Elizabeth. O mundo da violência. Brasília. Editora Universidade de Brasilia.1993. p.23

para verificar quem de fato estava cumprindo os seus deveres como brasileiro e Trabalhador. A ação policial deixava de se expressar nas consequências da ação do crime, mas dirigia-se diretamente ao sujeito do crime. Não eram mais manifestações criminosas de um sujeito que incomodavam a sociedade, e sim o próprio sujeito

Entendendo que a polícia mudou seu preceito principal na sociedade pôs Revolução de 1930. Os trabalhadores que antes preocupavam tão somente em não cometer crimes na esfera penal, agora teriam também a noção de não se meter em nada que envolvesse a política ou ideologias partidárias, organizações que fosse de contra ao sistema político de Getúlio. Os trabalhadores tinham que ter cuidado onde andava, com quem falava para não ser suspeito de nada.

Não se pode falar em restrições de direitos dos trabalhadores sem falar na propaganda acerca por promover toda a ideologia da Revolução de 30, grande alvo era a classe popular brasileira, censurar as informações passadas aos brasileiros era algo corriqueiro no novo Governo, somente o que era benéfico para o Estado, ou favor dele poderia ser transmitido. A liberdade do trabalhador brasileiro estava novamente sendo ferida.

A propaganda Getulista também foi um problema no Brasil como em muitos lugares no mundo e ajudou a enganar a população acerca do que está acontecendo realmente no seu país, ela teve inspiração na propaganda nazi-facista.

Mas a propaganda política tinha características particulares, uso de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras, simplificação das ideias para atingir as massas incutas, apelo emocional, repetições, promessas de benefícios materiais, ao povo, promessa de unificação e fortalecimento nacional.<sup>41</sup>

A radiodifusão teve sua lei instituída após a Revolução de 30, o governo se preocupou logo com sua regulamentação em 1931

Tratava a radiodifusão utilizando conceitos que se fixavam definitivamente no setor de bem público, interesse nacional, propósitos educacionais, o Estado como poder concedente, a empresa privada como operadora do serviço. [...] o estado como detentor do espectro eletromagnético e de poder para conceder, seu uso, e o empresariado como fiel depositário daquele espectro, que pode usá-lo para gerar lucro, por tempo determinado, dentro de limitações legais impostas pelo governo federal.<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> PANDOLFI Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 158

<sup>42</sup> JAMBEIRO Othon. Tempos de Vargas. O Rádio e o controle da informação. Salvador. EDUFBA.2004.p.62

Foi o ponto de partida para o controle de informações às populações brasileiras durante toda a Era Vargas. O governo era dona do que seria passado nas rádios país a fora, o empresariado poderia apresentar qualquer coisa que não prejudicasse o governo, o controle de informação é algo bastante importante quando se fala em Ditadura, e na de Vargas foi algo crucial desde o começo.

Em meados da década de 30, portanto o rádio, já havia conquistado um público fiel. Criou-se um elo mágico entre o indivíduo, que atuava nos microfones, e a coletividade. Além de vender produtos e ditar modas, o rádio mobilizava as massas, levando-as a participar mais ativamente da vida nacional.<sup>43</sup>

O rádio já transformava a vida dos trabalhadores desde o início da década de 30, influenciando-os a apoiar o governo, e suas ideologias, muito acreditavam com tanta convicção do que ouvia no Rádio que facilitava bastante o trabalho de Getúlio em angariar apoiadores, o Rádio transformou a sociedade brasileira e ajudou o governo de Getúlio. Em 1932 Getúlio cria Hora do Brasil, com o objetivo de passar as informações sobre o governo, e notadamente informações que prestigiassem a sua pessoa e do País.

O rádio foi que deu a notícia mais importante até agora no governo de Getúlio Vargas, o plano COHEN, uma jogada de mestre para continuar no poder Vargas transmitiu a todos um suposto golpe de comunistas no seu governo. Com a ajuda da informação ou desinformação pelo rádio, ele triunfava mais uma vez.

Alegando a descoberta do fantasioso plano COHEN que, segundo o governo, previa a tomada do poder pelos comunistas brasileiros, em aliança com os soviéticos, e a instalação no país de um sistema socialista, Getúlio instaurou e promulgou uma nova constituição.<sup>44</sup>

O plano COHEN foi o princípio do Estado Novo, mentindo sobre uma suposta trama golpista comunista, Vargas transformou de vez seu governo em uma ditadura, ainda mais dura da que estava sendo comandada, as informações ou os meios de informações propagavam que o Brasil corria riscos sobre a égide dos comunistas, coisa que não existia, o comunista já tinha sido controlado e exilados do Brasil logo após a Revolução de 30.

O Controle das informações pelo Governo ajudava a sua permanência, tudo que era informado passava pela censura varguista, a propaganda política ela é usada em todo e qualquer tipo de regime, mas em um autoritário como o de Getúlio ela se potencializa,

---

<sup>43</sup> Ibidem.p.76

<sup>44</sup>Ibidem.p.89

graças ao controle dos meios de comunicação pelo próprio estado. Ela tinha agora como função primordial legitimar o estado novo varguista e conquistar o apoio dos trabalhadores.

A constituição brasileira de 1937 legalizou a censura previa aos meios de comunicação. A impressa através da legislação especial, foi investida da função de caráter público, tornando-se instrumento do Estado e veículo oficial da ideologia, Estado Novo. O art. 1222 extermínava a liberdade de imprensa e admitia censura a todos os veículos de informação.<sup>45</sup>

A DIP por meio de programas como a Hora do Brasil, passava as notícias diariamente aos brasileiros, mas somente as que não traria problemas as ideologias do Estado. Os brasileiros estavam sendo cerceados de saber as informações corretas do que estava acontecendo na realidade no seu país. Nenhuma informação era mais confiável no Brasil, os trabalhadores brasileiros se viram encerrados pelas notícias do Estado Novo.

O órgão civil mais importante do Estado Novo e o mais envolvido com essas abordagens era o departamento de propaganda. O DIP. Por volta do final de 1938, 60% de todos os artigos e jornais e revistas eram matéria que o DIP distribuía. As atribuições do departamento incluíam a censura em toda mídia pública, assim como a responsabilidade de promover o sentimento nacionalista mediante eventos públicos e também por meio do sistema escolar.<sup>46</sup>

### **3. Principais desenlaces da era Vargas no âmbito trabalhista**

#### **3.1 Trabalhadores e suas conquistas na Era Vargas**

Quando se fala da era Vargas, se remete principiante a sua relação mais estreita com os trabalhadores, nessa época deu-se o início das grandes conquistas dos trabalhadores aqui no Brasil. Vargas desde antes da Revolução de 1930 já se falava em mudar a forma de governar o Brasil. No decorrer da Era Vargas muitos direitos foram

---

<sup>45</sup> PANDOLFI Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 171

<sup>46</sup> LEVINE Robert M. Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas. Companhia das Letras. São Paulo. 2001. P. 93

conquistados pelos trabalhadores, apoiado pelo Presidente as leis trabalhistas antes no esquecimento, foi aos poucos se consolidando depois da revolução de 30, e isso não se pode negar sobre o governo Vargas. A qual custo é difícil dizer, mas ainda hoje fazem a diferença na vida dos trabalhadores comuns.

Os trabalhadores, desde a Primeira República já vinha aos poucos lutando por melhoria de vida, diminuição de carga horaria, aumento de salário, folgas entre outras medidas que eram vistas em outras partes do mundo, impulsionado pelo partido comunista os trabalhadores tinham ciência do que estava acontecendo com sua classe e ao mesmo tempo tentava mudar a situação.

O Estado jamais deveria se furtar a assumir funções empresariais, bancárias e de implementador de projetos de utilidade pública, deveria, inclusive, aplicar recursos públicos, em programas que assegurassem o pleno emprego e a prosperidade econômica.<sup>47</sup>

Lucilia de Almeida mostra que os olhos do mundo estavam voltados agora para os trabalhadores, era um novo momento mundial, os trabalhadores deveriam ser vistos e ouvidos, pois era através de suas mãos que estavam levando o país ao progresso.

A primeira mudança na vida dos trabalhadores na era Vargas foi a criação do ministério do trabalho, até então a pasta que era responsável pela relação dos trabalhadores e empresários era a pasta da agricultura, como as cidades estavam em franco crescimento, com operários e trabalhadores urbanos, era de interesse do novo governo as relações do empresário com os trabalhadores. Até então o Estado não tinha o menor interesse de regularizar ou de se intrometer nas relações trabalhistas, o Brasil era governado por pensadores positivistas, onde o pensamento dizia que as coisas se organizariam por si só, com a intervenção mínima do Estado.

De forma geral, a bibliografia que trata do tema das relações Estado e classe trabalhadora no Brasil consagra uma interpretação para o pacto que vinculou estes dois atores a partir do Estado novo, Esta interpretação funda-se na ideia central de que o Estado pós 30 desencadeou uma política social de produção e implementação de leis que regulavam o mercado de trabalho e, com esse novo recurso de poder, conseguiu a adesão das massas trabalhadoras, o pacto social, assim montado traduziu-se em um acordo que trocava os benefícios da legislação social por obediência política, uma vez que só os trabalhadores legalmente sindicalizados, podiam ter acesso aos direitos do trabalho, sinônimo de cidadania em um regime político autoritário.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história: Debate e critica. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 2001. p 189

<sup>48</sup> GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. FGV.2005. p. 178

Nas palavras de Ângela de Castro Gomes, pode-se entender a troca de favores que começou a acontecer no governo de Getúlio, a criação do ministério de trabalho foi o primeiro passo dado pelo governo para conseguir o apoio do cidadão brasileiro e ao mesmo tempo influenciar nas relações trabalhistas e fazer parte da vida daquele trabalhador. Os trabalhadores se sentiram lembrados logo após a Revolução de 1930 o que já com o Ministério do Trabalho, algo que levava o nome de seus interesses, uma instituição estatal bem mais focada nos seus interesses do que o ministério da agricultura que até então era a pasta que lhe resguardava.

Durante toda a Primeira Republica os trabalhadores não foram lembrados pelos seus então governantes, mesmo as lutas por mais regulamentações de sua classe ou trabalho não era de menor interesse para os governos anteriores da Era Vargas, eles estavam a mercê da própria sorte, mesmo que sua força estivesse aumentando cada vez mais, com uma parcela cada vez maior da população. O congresso até então influenciada pelos oligarcas não decidiam nada em favor dos trabalhadores e dificultavam qualquer tipo de lei que mudasse algo. Somente após a revolução de Getúlio Vargas as coisas mudariam.

Todos os projetos políticos, mesmo o anarquista, que postularam a maior presença e participação dos trabalhadores no cenário político do país passaram pela formulação de demandas que significavam a intervenção do Estado sobre o mercado de trabalho, as resistências a tal inovação vieram de múltiplas frentes, em abusivos e denunciava a intervenção do estado em assuntos que não lhe dizem respeito. O próprio congresso não foi agente institucional incluindo a esta nova legislação, a despeito de votar algumas leis nos anos 20. Foi só no pos-30, quando o poder decisório deslocou-se do legislativo para o executivo e o patronato foi fortemente pressionado pelas novas autoridades do Ministério do trabalho e também por novas lideranças empresariais, que um surto de regulamentação teve efetividade.<sup>49</sup>

Ângela de castro gomes nos lembra que até a Revolução de 1930, os trabalhadores viviam um ostracismo sem igual, pouco lembrado pelas lideranças Estatais suas leis não eram apoiadas pelo congresso. O liberalismo ainda reinava no Brasil, o empresariado não aceitava o Estado ajudando ou influenciando o mercado financeiro, os direitos trabalhistas não entravam em pauta entre os pequenos industriais e os empregadores de qualquer profissão. Até a Revolução de 1930 os grupos políticos dominantes do Brasil não se interessavam pela situação do trabalhador, após a revolução tudo mudou.

---

<sup>49</sup> Ibidem. p. 179

Em 1932 foi criada a carteira de trabalho, que naquela época ainda era designada como Carteira profissional, agora todos os trabalhadores deveriam ter uma, pois caso não o tivesse não teria seus direitos adquiridos pelas reformas Getulistas. Os sindicatos que não aderissem possuiriam somente trabalhadores clandestinos, que não participariam da nova administração do governo podendo ser até preso por não possuírem o então documento. O governo procurou dar reconhecimento aos trabalhadores, pois até então o trabalho não era uma atividade considerada nobre. Ao fazer esse reconhecimento ele fortalecia seu projeto político de uma só nação, com um só objetivo.

A carteira além de ter sido mais uma forma de controle também foi uma das conquistas das trabalhadores, até então não se tinha um documento que comprovasse que aquela pessoa, homem ou mulher tinha uma profissão, que não era um vagabundo e que não tinha problemas com a polícia, isso fazia uma grande diferença no âmbito social, ou seja, nas relações sociais das pessoas daquela época, quando foi instaurada, milhares de brasileiros saíram em busca da sua, pois a carteira profissional além dos direitos a elas reservados era também uma confirmação da sua anuência com o governo central de Vargas, uma garantia da política de aproximação das massas.

A carteira de trabalho também faz parte do repertório de medidas socialmente significativas adotadas nessa época. Datada de 1932, foi durante décadas considerado o documento mais importante para os brasileiros. Ali se registrava a vida profissional das pessoas, todos os seus empregos, cargos e salários, e serviria, a qualquer tempo, como prova documental para fins de aposentadoria, licenças etc. Até os anos 1980, a carteira trazia impressa nas primeiras páginas uma apresentação feita pelo ministro do Trabalho de Vargas, Marcondes Filho, seu criador, que dizia: A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examina logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou se ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência.<sup>50</sup>

A partir desses primeiros direitos adquiridos, os trabalhadores iam assinando um pacto com o Governo, estavam deslumbrados com todas as facilidades que a Revolução de 1930 vinha trazendo. Foi ainda só o começo da Era Vargas.

Esta lógica material, essencial para a construção de um pacto social, na realidade só começou a produzir os significativos resultados a ela imputados no pos-40. A partir daí ela combinou -se com a lógica simbólica do discurso trabalhista, que, ressignificando a palavra operária construída ao longo da primeira república, apresentava os benefícios sociais não como uma conquista ou uma reparação,

---

<sup>50</sup> JORGE, F.; DELGADO, L. A. N. O Brasil republicano. O tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2019. p. 245.

mas como um ato de generosidade que envolvia reciprocidade. A classe trabalhadora, por conseguinte, só obedecia se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade.<sup>51</sup>

O que se instaurou então logo no iniciou da era Vargas foi um pacto, uma simbiose entre os trabalhadores e o governo central, enquanto o primeiro ia lhe garantindo algo palpável na esfera do direito, social e até mesmo cultural, segundo ia apoiando-o nas ruas nas casas e no seu trabalho, a popularidade do Governo de Getúlio foi crescendo anos após ano, mas também dependia sempre das mudanças em razão dos seus trabalhadores.

Continuando no governo Vargas e suas contribuições aos trabalhadores pode-se acrescentar a criação da Justiça do Trabalho, uma iniciativa do governo Vargas de resolver as disputas de patrão e empregado na presença mediadora do poder público, criada em 1934 pela constituição daquele ano, mas já funcionando realmente desde 1932 com as comissões mistas de conciliação, elas tinham a responsabilidade de resolver atritos entre o patronato e os trabalhadores para que não escalonasse pra um problema mais sério como a greve. Ao representar o Estado às comissões tinham a validade necessário para resolver qualquer atrito entre os envolvidos, e suas decisões eram a lei, tanto para os trabalhadores quanto para os Patrões.

As comissões foi um importante direito adquiridos pelos trabalhadores pois até então, dificilmente o Estado se manifestava nos entraves entre patrão e empregado, os conflitos geralmente eram resolvidos nas próprias empresas que sempre saia na vantagem em relação ao empregado. A justiça para os trabalhadores, tanto coletivo quanto individual era algo muito intangível aquela época, somente casos importantes iam parar na justiça da capital. Por mais simples que fosse a comissão criada aquela época, elas se tornaram o reduto dos trabalhadores que se sentiam lesados nas fabricas e empresas,

Visando à funcionalidade da legislação, foram criadas, em 1932, as Comissões Mistas de Conciliação (Decreto nº 21.369) e as Juntas de Conciliação e Julgamento (Decreto nº 22.132), as primeiras funcionando como órgãos conciliadores em ações coletivas trabalhistas e as segundas para as causas individuais “que não afetem as coletividades a que pertencerem os litigantes”, como reza o texto legal. Ambas eram vinculadas ao Poder Executivo e controladas pelo Ministério do Trabalho e, pelo seu regulamento, só poderiam ser acessadas pelos trabalhadores sindicalizados.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. FGV.2005. p. 180

<sup>52</sup> JORGE, F.; DELGADO, L. A. N. O Brasil republicano. O tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.2019. p.245.

As garantias dos trabalhadores continuavam acontecendo durante o governo de Vargas, uma que era reivindicada a vários anos, foi finalmente instaurado no seu governo no dia 1 de maio de 1940. A criação do salário mínimo para comemorar o dia do trabalho foi uma das conquistas dos trabalhadores aquela época, até então os trabalhadores eram pagos de qualquer forma, com negociações com seus patrões, o custo de seu trabalho era o mínimo possível, as vezes confrontando a época da escravidão, muitos se apegavam a esse pensamento, que os salários eram tão irrisórios que era como se a lei áurea não tivesse sido assinada no Brasil.

Com a instauração do salário mínimo, O governo trouxe mais dignidade ao trabalhador, ele agora tinha noção de quanto seu serviço valia, e não aceitava menos do que aquilo que era estabelecido pelo governo. Getúlio impunha o salário mínimo, os patrões por mais descontentes que estivessem eram obrigados a aceitar. Os trabalhadores agora tinham a garantia do salário mínimo, o problema era a variabilidade dele no território nacional, lugares do Sul recebiam um valor, no Norte outro e por aí adiante, o que trazia descontentamento aos sindicatos e trabalhadores tanto no quesito organização quanto apreciação.

Quando instituído em 1940, o salário mínimo tinha 14 valores distintos para todo o Brasil. O país tinha sido dividido em 22 regiões, equivalentes aos 20 estados da época somados ao território do Acre e ao Distrito Federal, com cada região sendo dividida em sub-regiões. E cada uma, num total de 50 sub-regiões, teve um valor. Na ocasião, a razão entre o maior valor e o menor era de 2,67.<sup>53</sup>

As oligarquias viam agora Getúlio como um inimigo, e os descontentamentos sobre sua pessoa iam aumentando cada vez mais, aquela época, as pressões sobre o governo de Getúlio eram grandes, e uma parte do exército brasileiro já não estava mais tão satisfeita com suas decisões, houve mudanças que não agradou, e seu apoio já não era tão único. Mas em compensação, a ala trabalhadora estava mais feliz do que nunca, vendo seus anseios conquistados.

Havia sinais visíveis de que o regime se debilitava. O governo conseguiu impedir que a imprensa divulgasse as primeiras manifestações contrárias a ele, mas em 1945 já não podia abafá-las. Os liberais, pouco a pouco, recuperaram a voz e os cooptados não tardaram a retirar seu apoio ao regime. A fala apologética foi

---

<sup>53</sup> BRASIL Bruno. Há 80 anos, Getúlio Vargas criou o salário mínimo. Biblioteca Nacional. 01 de maio de 2020. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/ha-80-anos-getulio-vargas-criava-salario-minimo>. Acesso em: 08 de outubro de 2025.

substituída pelo discurso de oposição, engavetado desde 1937. A partir de 1943 o governo, enfraquecido, enfrentou uma resistência sistemática, que partiu de vários setores da sociedade. Além da contradição político-ideológica, a entrada do Brasil na guerra tornou mais difícil a vida dos brasileiros. A falta de víveres, o aumento do custo dos produtos essenciais, a necessidade de a classe média apelar para o câmbio negro produziram descontentamentos, a impopularidade do governo cresceu, favorecendo a organização das oposições.<sup>54</sup>

O governo de Getúlio começou bem em prol dos trabalhadores, algumas coisas já tinham sido garantidas aos trabalhadores, ao mesmo tempo que endurecia outras regras. Getúlio sempre governou para se manter no poder, e depois da tentativa de golpe no ano de 1936, com a Intentona Comunista. A repressão aumentou para aqueles que eram consideradas comunistas (prisões, espancamentos, exílio) Getúlio transformava seu governo aos poucos numa ditadura. Depois da intentona integralista, outra tentativa de golpe malfadada, Getúlio prevendo sair do poder em 1938, já com eleições marcadas, ele dá um golpe de estado, e instaura o Estado Novo, período esse conhecido como a ditadura de Vargas.

O apoio da população era imprescindível para Getúlio nesse momento de seu governo, o sentimento nacionalista que estava enraizado nos trabalhadores do Brasil, sem ela, dificilmente ele teria continuado suas intenções, a união do governo com os trabalhadores, faziam as outras esferas terem medo, por mais que fossem contra Getúlio, as oligarquias não tinham coragem de enfrentá-lo. Os comunistas aquele momento já tinham sido grande parte presa ou exilada.

A censura coibiu qualquer manifestação contraria ou novo regime, o Estado Novo colocaria um ponto final em toda e qualquer bagunça. O Estado Novo era a personificação do progresso, baseada na ordem, sem direito a manifestação. Os opositores todos foram silenciados e os aliados tinham a missão de enaltecer o Governo de Vargas. Nesse período os meios de comunicações foram de grande importância para o governo, as propagandas, as informações falsas, tudo beneficiava o Estado Novo.

Nesse período, muitos veículos de comunicação acabaram aderindo ao poder para continuar usufruindo dos seus benefícios, os que não se dobravam a ele ficavam a mercê do controle da censura. Aos meios de comunicação cabia a tarefa de exaltar a figura de Vargas, não só como conciliador entre as classes e protetor dos oprimidos, mas também como realizador do progresso material, o que significava vencer o atraso. As realizações do governo no terreno

---

<sup>54</sup> CARONE Edgard. *O estado novo. (1937-1945)*. Rio de Janeiro. Difel. 1976. p. 286

econômico, no campo da legislação social e da organização planificada do Estado foram enaltecidas.<sup>55</sup>

E nesse clima do Estado Novo que Vargas teve sua ideia mais genial, talvez até hoje a maior conquista do trabalhador brasileiro, a CLT. A CLT foi criada no Auge do Estado Novo, como um presente no dia do trabalhador, dia 1 de maio de 1943, esse decreto tinha a junção de todas as conquistas dos trabalhadores, nela estava simplificada todos os direitos dos trabalhadores em um só decreto, o que facilitava todas as relações jurídicas que por ventura tivessem. Mais uma vantagem era o conhecimento desse direito, agora em um só lugar, como numa carta, diferentemente, onde as diretrizes eram espalhadas em vários decretos sem ter uma uniformidade.

Essa legislação esparsa, aprovada em diferentes etapas da evolução jurídico-política do estado brasileiro fora o quadro legislativo que o jurista e político Alexandre Marcondes Filho encontrara em 2 de janeiro de 1942, quando assumiu o cargo de Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. No mesmo mês da sua posse, o Ministro do Trabalho e Getúlio Vargas começaram as negociações em torno da criação de uma Consolidação das Leis do Trabalho e da Previdência Social.<sup>56</sup>

A CLT garante vários direitos importantes, o salário mínimo, a carteira de trabalho, jornada de oito horas, férias remuneradas, a previdência social, e o descanso semanal, ainda regulamentou o trabalho de menor de idade e o da mulher. Esses são apenas alguns dos vários itens listados nos 922 artigos da CLT de 1943. Apesar de a CLT ter sido sancionada em pleno Estado novo, sem ajuda ou apoio do congresso, ela representou um avanço social e civilizatório no Brasil nunca antes visto.

A CLT é vista até os dias de hoje como um marco na vida dos trabalhadores urbanos, seus artigos significam a nossa sociedade, que pelo discurso do governo era baseada no trabalho. A perspectiva do governo getulista era de que os trabalhadores construiriam o Brasil do futuro, nada mais lógico que eles fossem legitimados, a CLT foi a resposta do governo ao que se estava passando no Brasil. Uma norma beneficiando os brasileiros que estavam lutando pelo seu país.

Vargas encontrou nos trabalhadores o apoio que precisava para governar o Brasil, e como em nenhuma outra época tiveram direitos reconhecidos como na Era Vargas. Para os trabalhadores, aqueles que viviam em condições as vezes desumanas, esses anos de

---

<sup>55</sup> JORGE, F.; DELGADO, L. A. N. O Brasil republicano. O tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2019. p.140

<sup>56</sup> SUSSEKIND, A.; MARANHÃO, D; VIANNA, S.; TEIXEIRA, L. Instituições do direito do trabalho. São Paulo: LTR. 2003. p.386

governo Vargas fez uma diferença até então inimaginável, suas vidas foram transformadas, e as consequências, essa não lhe diria um pouco ou nada de respeito no final das contas.

### **3.2 A guerra e os trabalhadores na era Vargas**

No período da Era Vargas, (1930-1945) o Brasil ainda era visto pelos países ricos como um país pobre e atrasado militarmente, uma das coisas que impulsionou Vargas no seu governo, foi mudar essa imagem externa de país medíocre e transformá-lo por meio da indústria. A partir dessa imagem fraca, Vargas conduziu sua política externa sempre com neutralidades, procurando apoio e negócios onde fosse preciso, o que facilitou seu programa de comércio e industrialização.

Em condições de país periférico e militarmente fraco, o Brasil tratou de tirar proveito do quadro de tensão internacional e disputa, dando continuidade à estratégia de conduzir a sua política externa engajada em um neutralismo

pragmático. Ao longo dos anos, o governo brasileiro procurou se beneficiar, da intensa rivalidade estabelecida entre dois grupos de grandes potências, obtendo concessões de um, mediante a insinuação da possibilidade de aliar-se a outro.<sup>57</sup>

O jogo de Vargas na política externa também era interessante, ele sabia que a neutralidade em tempos de guerra era benéfica ao país, conseguiu ser amigo dos dois eixos, obtendo uma balança comercial favorável, até um pouco depois da segunda grande guerra começar, essa estratégia funcionou muito bem, Getúlio e sua cúpula não se alinhava totalmente nem ao lado alemão, nem ao lado americano, mas depois dos ataques a Pearl Harbor, em 1941, Getúlio e o Brasil teve que fazer uma escolha,

O neutralismo pragmático teria encontrado seu limite com a decisão do governo brasileiro pelo completo alinhamento com os Estados Unidos, após o ataque a Pearl Harbor em dezembro de 1941. Posição essa externada pela atitude brasileira na Reunião de Ministros das Relações Exteriores do continente no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942. O Brasil teria rompido relações diplomáticas e comerciais com o Eixo em troca da garantia dos norte-americanos de que reequipariam as Forças Armadas brasileiras e apoiam em definitivo, tanto tecnológica quanto financeiramente, a construção de uma grande siderúrgica.<sup>58</sup>

O governo Brasileiro, politicamente falando era muito mais próximo da Alemanha, com sua política nazista, um Estado autoritário nacionalista entre outras questões do que de fato com os EUA, O Brasil pegou ao longo dos anos da Era Vargas os exemplos da Alemanha Nazista e da Itália fascista para governar o país. Mas a forma de governo brasileira não tinha nada a ver com as relações exteriores do país. O Brasil precisava de parceiros comerciais, e depois do ataque a Pearl Harbor, ficou difícil para o Brasil, com a sua relação comercial com os EUA, ficar neutro diante o eixo.

E depois que, em dezembro de 1941, centenas de aviões japoneses, baseados em porta-aviões, atravessaram todo o Oceano Pacífico para atacar Pearl Harbor, o perigo parecia mais iminente ainda. Os Estados Unidos declararam guerra contra o Eixo, e exigiram uma tomada de posição dos demais países do continente americano. Não era mais possível ostentar neutralidade e, pressionada pelo vizinho mais poderoso, a maioria dos países latino-americanos rompeu relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão, ainda em janeiro de 1942, na Conferência de Chanceleres, no Rio de Janeiro.<sup>59</sup>

O governo brasileiro teve finalmente que responder, e a máscara da neutralidade na guerra caiu, o Brasil se aliou aos estados unidos em resposta ao ataque de Pearl Harbor, e o eixo não ficou nada contente com a “traição” brasileira diante de todos os negócios

---

<sup>57</sup> JORGE. F.; DELGADO. L. A. N. O Brasil republicano. O tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.2019. p. 309

<sup>58</sup> Ibidem p. 309

<sup>59</sup> FERRAZ Francisco César. Os brasileiros e a segunda guerra mundial. Rio de Janeiro. Zahar. 2005. p.15

feitos anteriormente ao acontecido, as relações diplomáticas foram cortadas, e o Brasil só tinha uma saída, se aliar aos EUA, e procurar tirar proveito da nova situação.

A Alemanha a partir daí começou sua retaliação ao Brasil, torpedeando diversos navios mercantes na costa brasileira, os navios eram principalmente aqueles que levariam mercadorias e matérias primas ao EUA. No Brasil esses ataques foram vistos pela população brasileiro com muito terror e comoção, o sentimento de nacionalismo, criado por Vargas durante seu governo se aflorava nos brasileiros. Nas palavras de Francisco Cesar

Os ataques a navios de passageiros e mortes de pessoas inocentes para um país que formalmente não se encontrava em guerra produziu enorme comoção no Brasil. Nos dias 18 e 19 de agosto de 1942 ocorreram inúmeras manifestações populares, por fim em 22 de agosto de 1942, Vargas decretou Estado de beligerância complementado no dia 31 de agosto pelo estado de Guerra em todo o território nacional.<sup>60</sup>

A guerra então chegava ao brasileiro, depois dos decretos de agosto, o Brasil entrou formalmente na guerra, os brasileiros estavam, aquele momento, transtornados com os acontecimentos de seus navios, e ao mesmo tempo com medo de verem suas praias invadidas pelos alemães. A segunda pelo bem do Brasil não aconteceu.

Mas os trabalhadores não estavam a salvos, ou imunes as consequências da guerra. As importações diminuíram, principalmente com a Europa, e logo foi motivo de mentiras por parte do governo brasileiro, por parte dos meios de informação, de que os produtos em geral encareceriam, e o Brasil por causa da Guerra entraria em uma era turbulenta de inflação.

A rigor a guerra foi sentida pelo cidadão comum de duas maneiras. Primeiro pela estratégia do Estado Novo de constituir um “front interno”, no qual se visava a mobilização dos trabalhadores pela defesa do país e pelo aumento da produção, segundo através da escassez e do encarecimento do produtos de consumo cotidiano, devido as dificuldades de importação e a especulação com os preços dos gêneros de primeira necessidade, Assim, ao mesmo tempo que o governo brasileiro direcionava sua posição na guerra, procurava organizar o “front interno” de tal maneira que as privações econômicas e a maior exploração do trabalhador pudessem ser aceitas pela população como uma parte inevitável do “esforço de guerra”<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> JORGE. F.; DELGADO. L. A. N. O Brasil republicano. O tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.2019. p. 339

<sup>61</sup>JORGE. F.; DELGADO. L. A. N. O Brasil republicano. O tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.2019. p. 345

As informações trouxeram maior inflação aos produtos do que a própria guerra em si, mesmo porque no decorrer do tempo, o Brasil aumentou suas relações comerciais com outros países, em especial com EUA.

Em 28 de setembro de 1942, pouco menos de um mês depois da declaração de guerra, o Governo Federal criou a Coordenação de Mobilização Econômica, órgão que deveria dirigir a mobilização de todos os recursos nacionais para a guerra. Essa mobilização compreendia o esforço de aumentar a produção nacional, especialmente de matérias-primas agrícolas e minerais para o consumo dos Aliados. Era a “Batalha da Produção”. Materiais estratégicos tinham sua produção ou extração intensificadas, como manganês, bauxita, cobalto, tungstênio, níquel, berilo, cromo, cobalto, cristais de quartzo, diamantes industriais, borracha, babaçu, cera de carnaúba e óleo de mamona. Outros produtos tradicionais da pauta brasileira de exportações, como o café, o cacau e o açúcar, também tinham como destino preferencial, quando não único, os Estados Unidos. Estes investiram pontualmente na melhoria das estruturas de produção e transporte desses setores, pois eram precários, quando não inexistentes.<sup>62</sup>

O governo ditatorial de Getúlio mais uma vez espalhava notícias falsas, em função da sua permanência no poder, as consequências do “front interno” foi exclusivamente para os trabalhadores brasileiros, que mais uma vez se viu enganados pelas manobras do governo de Getúlio, reféns do nacionalismo que se espalhou pela nossa sociedade, o encarecimento dos preços não era uma novidade que os atormentava, já que o Brasil estava numa situação de Guerra, então nada mais lógico que as coisas fossem ficar difíceis.

Esse era o pensamento a época, mas não a realidade, os empresários, se utilizavam dessa deixa para encarecer os produtos durante a segunda guerra. O motivo estava visível, numa guerra as coisas tendem a aumentar, os produtos ficam mais difíceis, o que afetou bastante os trabalhadores brasileiros os produtos primários tiveram um encarecimento geral, e o salário mínimo, que tinha sido a pouco tempo criado pela CLT, já estava sendo afetado pelo esforço de Guerra.

Getúlio também fez modificações na vida urbana do trabalhador, ele instaurou o decreto de mobilização para guerra, agora, alguns itens de necessidade para guerra deveriam ser vendidos, trocados ou cedidos para o governo do estado, isso incluía o “trabalho” do indivíduo urbano, ou seja, o trabalhador tinha virado uma mercadoria em plena segunda guerra mundial no Brasil.

---

<sup>62</sup> FERRAZ Francisco César. Os brasileiros e a segunda guerra mundial. Rio de Janeiro. Zahar. 2005. p.23

Isso significava na prática, uma militarização da relação entre o capital e trabalho, com óbvia desvantagem para este último, vários direitos trabalhistas conquistados anteriormente, como a limitação da jornada de trabalho e o pagamento adicional por horas extras, foram suspensas em nome da batalha da produção. Alguns setores econômicos, como a indústria têxtil, foram considerados “de interesse militar”, e as relações de trabalho atenderam à mobilização nacional e não à legislação trabalhista existente. Faltas poderiam ser consideradas “deserções”, greves poderiam ser consideradas “motins”, e seus responsáveis julgados e punidos em tribunais militares.<sup>63</sup>

Os trabalhadores brasileiros estavam vendendo seus direitos, conquistados a duras penas serem jogados na lata de lixo, as diferenças sociais aumentaram durante a Guerra, o empresário lucrou bastante com o esforço de guerra, tanto na inflação de produtos, como na usurpação do tempo de serviços dos trabalhadores, até o final da segunda guerra mundial o salário mínimo já tinha caído seu valor real.

Aos trabalhadores brasileiros na segunda guerra, além da inflação generalizada, o decreto de mobilização que foi um retrocesso aos direitos dos trabalhadores, Getúlio instaurou a “batalha da produção”, nesse período precisou-se de vários itens em demasia, principalmente minérios e a borracha, e Getúlio aliado aos EUA, apelou aos nordestinos que fossem as serigarias e minas da região norte em busca do produto de exportação. Um verdadeiro êxodo trabalhista se instaurou no Brasil naquela época.

O produto principal nesse esforço de guerra brasileiro foi a borracha, os aliados precisavam do produto, pois ele era essencial no esforço bélico, e as atenções se voltaram para a borracha amazônica, houve então um recrutamento em massa de trabalhadores para se embrenhar na floresta em busca do produto tão valorizado naquele momento. Conhecidos como os “soldados da borracha”, eles eram tratados como soldados, e trabalham nos seringais como se estivessem na própria guerra que se desenrolava na Europa. Muitos pereceram diante das doenças e dos trabalhos exaustivos.

O governo brasileiro criou SEMTA (Serviço Especial de mobilização de Trabalhadores para a Amazônia), o qual alistava compulsoriamente jovens nordestinos, obrigando-os a seguirem para os extensos seringais da região norte. O regime de contratação de trabalho pertencia ao exército brasileiro e era realizado pela FEB (força expedicionária Brasileira), transformando esses jovens em soldados da borracha, ou seja, no papel, eram como qualquer outro soldado do exército brasileiro.<sup>64</sup>

---

<sup>63</sup> FERRAZ Francisco César. Os brasileiros e a segunda guerra mundial. Rio de Janeiro. Zahar. 2005. p.35

<sup>64</sup> PAVIOTTI Joel. A história esquecida dos soldados da borracha. Iconografia da história. Disponível em 20 de setembro de 2020. <https://iconografiadahistoria.com.br/2020/09/20/a-historia-esquecida-dos-soldados-da-borracha/>. Acesso em: 26 de setembro de 2025

A região nesse período de 1942-1945 sofreu um “boom” populacional, e com isso veio os problemas urbanos como criminalidade, prostituição e agiotagem. Aos poucos os soldados da borracha iam perecendo diante da adversidade no local e das condições insalubres. Mortes por dívidas, assaltos, pouca segurança e as doenças nos seringais faziam aquilo tudo parecer uma guerra no próprio território brasileiro e as mortes iam se somando a cada dia.

Muitos não se adaptaram ao tipo de trabalho e ao ambiente inóspito da floresta; as relações de trabalho eram as piores possíveis, acabando os trabalhadores como dependentes dos comerciantes de borracha, havendo inclusive casos mal disfarçados de escravidão por dívidas. As doenças tropicais e a violência privada dos comerciantes e intermediários tornaram a vida dos “soldados da borracha” um inferno. Calcula-se que a metade dos trabalhadores recrutados pereceu anonimamente na selva.<sup>65</sup>

A “batalha da produção” acabou fazendo mais vítimas do que a própria guerra, cerca de 10 mil soldados da borracha tenham perecido nesse tempo devido a malária, acidentes entre outras razões. Nesse cenário os trabalhadores foram responsáveis também pelo avanço da urbanização da região norte, com a guerra em curso as regiões da Amazônia com a borracha, a mineração entre outros, fez a exportação de produtos primários aumentar, e a balança comercial do Brasil ficou positiva contrastando com condições de trabalho desses trabalhadores da borracha.

A combinação do deslocamento massivo para novas frentes de trabalho contribuía por si só para dar uma nova configuração à classe trabalhadora. Milhares de trabalhadores foram deslocados para, em um curto espaço de tempo, incorporar novas e vastas áreas do território nacional à estrutura produtiva, seja no ramo extrativo (como a retomada da produção de borracha na Amazônia ou o início da mineração de manganês na Serra do Navio do Amapá, no desenvolvimento de indústrias de base (tais como a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, da Fábrica Nacional de Motores, na Baixada Fluminense, da Nitro Química, em São Miguel Paulista, ou da Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio) ou ainda em empreendimentos de infraestrutura, tais como os campos de aviação construídos no bojo do *Airport Development Program*, sob a coordenação da *Pan American Airway*.<sup>66</sup>

Com o fim do conflito, Vargas esqueceu os soldados da borracha, ele tinha prometido pensão vitalícia, terras e o retorno para casa, poucos trabalhadores chegaram a voltar para suas cidades, devido as dívidas que contraíram com os seringueiros e pequenos comerciantes. Vargas tinha usado a vida desses trabalhadores em prol da Guerra, mas também e bem do país e do seu próprio. Os soldados da borracha foram

---

<sup>65</sup> FERRAZ Francisco César. Os brasileiros e a segunda guerra mundial. Rio de Janeiro. Zahar. 2005. p.24

<sup>66</sup> PAVIOTTI Joel. A história esquecida dos soldados da borracha. Iconografia da história. Disponível em 20 de setembro de 2020. <https://iconografiadahistoria.com.br/2020/09/20/a-historia-esquecida-dos-soldados-da-borracha/>. Acesso em: 26 de setembro de 2025

abandonados a própria sorte, foi mais um exemplo de que Getúlio não se importava com os trabalhadores, ou com seus cidadãos.

A segunda guerra mudou a vida do trabalhador brasileiro, mas não para melhor, o Estado se utilizou dos trabalhadores e da guerra para aumentar ainda mais o poder ditatorial de Getúlio, as diferenças sociais só aumentaram durante a segunda guerra, a inflação aumentou, sem contar nas diversas transgressões as leis trabalhistas. A segunda guerra também ajudou a aumentar a insatisfação com o Governo, que pode ter influenciado com o seu fim em 1945.

### **3.3 Movimentos trabalhadores e sindicatos na Era Vargas**

A luta dos trabalhadores brasileiros é antiga, as primeiras organizações eram consideradas como instrumento de união entre os patrões e seus trabalhadores, o Brasil por ser um país católico tratava a relação patrão trabalhador com influência cristã uma relação sempre no diálogo prementes entre as duas classes. Essa influência cristã foi algo muito forte nas primeiras organizações trabalhista, tanto é, que no Brasil essa particularidade não passou despercebida. Conhecido como “sindicalismo amarelo” eles não estavam sob direção anarquista, muito menos direcionados pelos pensamentos de Karl Marx. Esse forma união de trabalhadores queria resultados e que não fugissem tanto

ao controle dos seus chefes. Isso não quer dizer que fugiam das lutas, mas que como qualquer cristão preferia uma boa conversa com seus patrões.

Os amarelos por sua atuação sindical, estavam mais próximos das concepções das *trades unions* da Inglaterra e do sindicalismo de resultados” dos Estados unidos. No começo atuavam principalmente entre os trabalhadores do setor público. Não se pode reduzir o sindicalismo amarelo a um grupo de pelegos, em verdade, trata-se de uma cultura de ação sindical arraigada no solo brasileiro desde os primeiros momentos da nossa formação sindical. E que ostenta no seu currículo de lutas, uma vasta coleção de conquistas econômicas e sociais. Também não podem ser diferenciados pela combatividade, pois em muitas situações, os chamados amarelos foram tão ou mais combativos do que os socialistas revolucionários ou os anarquistas da “ação direta”.<sup>67</sup><sup>165</sup> sindicalismo

O “sindicalismo amarelo” repudiava as falas anarquistas, para eles a questão político partidária estava em segunda plano quando o assunto era o trabalhador, o que eles queriam eram ver suas reivindicações atendidas, e muitas vezes conseguiam com negociações grandes e exaustivas, mas sem recorrer a vias de fato.

OS trabalhadores brasileiros resistiam muito a sindicalização, e quando o faziam queriam ter na associação a mãe cuidadora que os protegesse, sem necessidade de participação e luta. Esta constatação é significativa, de um lado porque explica a posição dos militantes anarquistas, levados ora pela descrença, ora a uma profunda hostilidade e desprezo em relação aos trabalhadores, e de outro porque demonstra a dificuldade dos trabalhadores de aceitar e entender a forma de organização e de luta sindical encaminhada pelos anarquistas.<sup>68</sup>

Mas as coisas mudariam, a Central Operaria Brasileira (COB) começou a inflamar os ânimos dos trabalhadores, e em meados dos anos 10, o tempo de conversas entre patrões e empregados chegou ao fim e os amarelos não conseguiram mais saciar os trabalhadores, isso não apetecia mais aos líderes sindicais, eles queriam lutas e greves, a ala anarquista estava em alta naquele momento. Sebastião Soares explica

A resposta da COB veio com a convocação do II congresso, realizado em, 1913, com a presença de cem delegados e o acirramento dos confrontos, A central operaria brasileira, passando a assumir a palavra de ordem da greve revolucionária, esteve desde então e até meados de 1920, profundamente enraizada no movimento sindical brasileiro, realizando grande mobilizações no eixo sul-sudeste onde se concentrava a maioria da classe operária. No pressuposto da ideologia do anarco-sindicalismo, as greves passaram a ser instrumento de luta e de enfrentamento, como a greve geral de 1917, a de 1919, e a grande greve de 1923. Na primeira, iniciada com a adesão de cerca de dois

---

<sup>67</sup> INACIO José Reginaldo. Sindicalismo no Brasil os primeiros 100 anos? Belo Horizonte. Crisalida.2007. p 165.

<sup>68</sup> GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. FGV.2005. p 95.

mil trabalhadores em São Paulo, houve paralisações de quase todas as empresas do Estado.<sup>69</sup>

O trabalhador organizado já se caracterizava inimigos do estado e do patronato, greves manifestações em qualquer país era sinônimo de confusão, coisa que nenhum governante queria ter que lidar. No Brasil não foi diferente, desde o início do século XX os trabalhadores brasileiros começaram a dar seus primeiros passos em relação a manifestações e luta pelos seus direitos, sindicatos foram criados, partidos que os apoiavam foram sendo estabelecidos, o que se via em todo o mundo, ia aos poucos respingado aqui no nosso país.

Desde as primeiras lutas, entre 1890 e 1906, “socialistas e “anarquistas” estiveram presentes, tanto nas organizações mutuais de assistência e nos chamados sindicatos de resistências, cuja missão estava em lutar por melhores condições de trabalho por maior incremento salarial. Até os primeiros anos do sec. XX, coube aos círculos socialistas a direção do movimento sindical, através de uma militância que se inspirava nos movimentos socialistas da Europa e que retomou, nas condições brasileiras, os encaminhamentos e as reivindicações da vanguarda da classe trabalhadora.<sup>70</sup>

Os trabalhadores brasileiros agora tinham duas ações a serem seguidas: O anarquista e o socialista. Entre os anarquistas as palavras de ordem eram diretas, greves, sabotagens, manifestações entre outras coisas que fizesse sentir no bolso do empresário. Eles combatiam qualquer tipo de influência que pudesse descaracterizar a autonomia das organizações trabalhistas e sindicais. Já os socialistas queriam algo mais organizado em torno o de uma realização política, eficiente, uma revolução dos trabalhadores para no futuro ser eles os responsáveis pela direção do país, baseado nos pensamentos de Max, idealizava uma luta de classes que no futuro os trabalhadores sairiam vencedores e “tomariam o poder”. Os anarquistas eram mais imediatistas quanto aos seus direitos e os socialistas pensavam algo duradouro para com seus trabalhadores.

Assim estava a divisão dos trabalhadores a época da revolução de 30, o que se tinha em comum aos dois lados era a autonomia que ainda reinava nas suas organizações, autonomia essa que veremos totalmente esmagada pelo governo varguista, mudanças que transformaram a forma de se pensar das organizações trabalhistas, e não por vontade própria, e sim por um misto de fatores, em sua maioria ditatórias do governo de quinze anos de Getúlio Vargas.

---

<sup>69</sup> INACIO José Reginaldo. Sindicalismo no Brasil os primeiros 100 anos? Belo Horizonte. Crisalida.2007.

p 167

<sup>70</sup> Ibidem. p 163

O período pós Revolução de 1930 caracterizou-se por uma transformação nos movimentos trabalhistas e sindicais, que até nos dias de hoje é sentida, está emaranhada na cultura do trabalhador brasileiro. A forma como Getúlio governou nos seus primeiros anos e a partir da sua ditadura em 1937, transformou os sindicatos e os movimentos dos trabalhadores em algo com métodos e maneiras a se seguir, uma cartilha outorgada pelo Estado que não poderia ser descumprida, ele transformou algo espontâneo e grandioso que os movimentos trabalhistas significavam aquele período em meros fantoches manobrados pelas linhas do poder do Estado.

Ate 1928 o partido comunista estava em expansão, ele recebia auxílio estrangeiro, mesmo recebendo apoio da intentona comunista, aqui no Brasil não se seguia as normativas do exterior, no Brasil, os movimentos se organizavam, e com o fortalecimento do mesmo, a repressão policial também começou a se intensificar, principalmente após a lei celerada. Vendo o que a união dos trabalhadores poderia fazer, o governo central não teve outra escolha, instaurou a lei celerada em contrapartida aos avanços dos movimentos trabalhistas. Estava fugindo ao controle do estado, greves, organizações, manifestações o Brasil virou uma panela de pressão.

"No ano de 1927, aprovou a Lei Celerada (ou Lei Aníbal de Toledo), que combatia os chamados “delitos ideológicos”. Inspirada em uma determinação de 1890, a lei criminalizava todo e qualquer evento que incitasse a revolta dos empregados contra os seus patrões. Com isso, as inquietações do operariado seriam contidas nos grandes centros urbanos. Além disso, a Lei Celerada também autorizava o governo a fechar indeterminadamente toda e qualquer agremiação que representasse algum tipo de ameaça à ordem pública. No intuito de proteger a estabilidade, o governo federal impôs o fechamento de clubes militares, sindicatos de trabalhadores e colocou o Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade. Ao mesmo tempo, prescrevia qualquer tipo de publicação que defendesse ou estivesse ligada aos grupos de natureza ameaçadora"<sup>71</sup>

O Brasil nos anos 20 até a revolução de 30 teve um movimento trabalhista intenso, com greves frequentes, sindicatos organizados sem a infiltração do Estado, e um Partido Comunista ativo, a luta dos trabalhadores estava dando frutos, isso começou a chamar atenção dos Estadistas, e já no final do ano de 1929 as coisas esfriaram para as organizações trabalhistas em geral. A lei serviu para deteriorar os ânimos dos trabalhadores, agora era ilegal fazer parte de alguns movimentos trabalhistas e o partido comunista entrou na ilegalidade, essa época de “levantes trabalhistas” estava começando

---

<sup>71</sup> JORGE, F.; DELGADO, L. A. N. O Brasil republicano. O tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.2019. p . 220

a ser sufocada por leis, e posteriormente pelo regime ditatorial de Getúlio. Nas palavras de Ângela de Castro Gomes

O cerco ao PC só fazia aumentar. Em junho de 1929 a polícia invadiu e destruiu a sede onde funcionava a CGT e outros sindicatos, á rua Senador Pompeu. A cidade já vivia o clima de campanha presidencial de propaganda da aliança liberal. O chefe da polícia de Washington Luís, Coriolano de Gois, era de opinião que o PC devia ser tratado com mais energia, e assim foi feito. Os comícios realizados para a propaganda eleitoral formam reprimidos, sendo presos manifestantes e oradores.<sup>72</sup>

Ou seja, antes mesmo da revolução de 1930 e do governo autoritário de Getúlio, os trabalhadores e seus movimentos por melhorias já estavam sendo perseguidos pelos governos que se auto intitulavam liberais, então, imaginar trabalhadores e partidos sendo perseguidos em governos mais liberais, dava para se ter uma noção do que estaria por vir no governo ditatorial de Getúlio. Ditaduras, sejam qual for, não aceita organizações que não seja do próprio estado, partidos únicos ou que estejam corroborados com o governo.

O estado tratava as ânsias dos trabalhadores urbanos até aquele momento como um caso de “policia”, ainda não se tinha um modo estabelecido de lidar com os movimentos, a sociedade trabalhadora ainda não era uma grande maioria, as cidades que ainda tinham um grande contingente (Rio de Janeiro e São Paulo) começavam a mostrar a força da união dos trabalhadores, e o governo não sabia como tratar certos problemas.

O governo de Getúlio começa com a esperança dos trabalhadores por tempos melhores, e logo no início de seu governo, deu uma resposta aos trabalhadores e suas organizações, sindicatos e afins, quando o decreto nº19.770 estabeleceu as novas regras de sindicalização.

A lei de sindicalização de 1931 vinha transformar e ao mesmo tempo concorrer com o padrão e associações até então existentes no movimento operário. Consagrando o princípio da unidade e definindo o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, o decreto trazia as associações operárias para a órbita do estado. Além disso, vedava aos sindicatos, a propaganda de ideologias, políticas, ou religiosas, e, embora estabelecesse a sindicalização como facultativa, tornava-a na prática compulsória, já que apenas os elementos sindicalizados poderiam gozar dos benefícios da legislação social.<sup>73</sup>

Getúlio não aceitava, na sua visão de governo, organizações que estivessem fora das diretrizes do estado, e com a lei de sindicalização, alcançou dois objetivos, em um só

<sup>72</sup> GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. FGV.2005. p 162.

<sup>73</sup> GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. FGV.2005. p 165

momento, transformou os sindicatos que até então não tinha relação com o Estado em fantoches, que seguiria suas regras, e impactou as ideologias relacionadas as organizações, ou seja, estava proibida a propagação de ideias socialistas, ou anarquistas no governo de Getúlio, nesse momento combateu até mesmo os preceitos cristãos que estava junto com os movimentos.

Seu objetivo era o combate a toda organização que permanecesse independente, bem como todas as lideranças, - socialistas, comunistas, anarquistas, etc. Definidas como capazes de articular movimentos de protesto contra a nova ordem institucional.<sup>74</sup>

No governo provisório varguista houve uma disputa pelos trabalhadores e sindicalistas, do ano de 1930 até 1933, os sindicatos e agremiações agora eram divididas em independentes e estatais, a luta houve, mas o lado governamental muito mais forte esteve por se tratar de Getúlio crescia, e os independentes não teve saída, o que restava agora era ou terminar suas operações ou se cadastrar ao governo.

Nessa época houve enfretamento de todos os tipos, a luta do movimento independente começou a ser percebida e hostilizada pelo governo, suas lideranças, alvo de atentados, prisões e mortes, todos eram taxados como comunistas o que facilitava a ação do governo frente a esse problema.

Essa mudança não foi feita às pressas houve luta, houve discordância, mas com o passar do tempo os trabalhadores se viram obrigados a aceitar essa submissão ao Estado, as Leis só eram contabilizadas para os trabalhadores que estavam ligados aos sindicados estatais, e nenhum pai de família queria perder seus direitos por não estar cadastrado em um sindicado qualquer. Umas parcelas dos trabalhadores não se envolviam em lutas, e para esses era bem mais fácil colocar seu nome nos sindicatos estatais.

Até 1934 a sindicalização controlada pelo Estado ainda não era obrigatória, mas o patronato não via com bons olhos, se os sindicatos fossem todos governamentais e controlados por laranjas do governo o poder legado aos patrões diminuiria e o Estado ganharia mais força, até aquele momento, lembre-se, o governo de Vargas não era uma ditadura, mas o patronato já desconfiava das ações de Getúlio frente a massa trabalhadora, seu poder e alcance aumentava e temiam o pior.

---

<sup>74</sup> JORGE, F.; DELGADO, L. A. N. O Brasil republicano. O tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2019. p. 256

Em 1935 as coisas complicaram ainda mais para as organizações trabalhistas, foi instaurada a Lei de segurança nacional, que definia uma legislação especial para crimes que ia de encontro a segurança do Estado, submetendo o cidadão a leis mais rigorosas sem ter direito as garantias processuais legais, ou seja, os trabalhadores agora tinha mais um motivo para se preocupar, dado que qualquer um poderia ser autuado nesse rol de leis se participasse de manifestações dadas como comunistas ou associações para tal.

Nas palavras de Ângela de Castro Gomes,

Quando foi aprovada a lei de segurança nacional, houve muita intervenção nos sindicatos que reivindicavam ou organizavam greves, Intervenção na época, em grande parte significava invasão policial, e destruição das sedes dos indicados, com espancamentos e prisões abundantes, legalmente isso não poderia acontecer e os representantes classistas que escapavam ao controle do ministério denunciavam na câmara as arbitrariedades policiais.<sup>75</sup>

Essa ilegalidade comentada por Ângela acontecia antes da criação da lei, mas agora foi como se desse o aval para a atuação da polícia, toda e qualquer reunião trabalhista poderia de alguma forma ser enquadrada como uma afronta ao governo central, pois estava infringindo a segurança do Estado de Direito.

O Lei de segurança nacional (LSN) foi um golpe muito duro para as organizações em geral, o medo de ser preso, exilado e morto nas manifestações e reuniões trabalhistas era verdadeiro, os líderes estavam receosos com suas vidas, até mesmo os mais corajosos em suas lutas sabiam que podia acontecer algo a qualquer momento, foi uma forma bastante eficaz que o governo encontrou, tanto para controlar as manifestações, quanto para derrubar de vez os sindicatos que ainda relutavam em ser independentes.

A Ano de 1935 marcou um evento que aumentou as perseguições em geral, a Intentona Comunista,<sup>76</sup> deixaram os ânimos governamentais ainda mais implacáveis com respeito ao comunismo e de tabela as organizações, a partir dessa tentativa de golpe o Brasil por ordem de Getúlio Vargas entrou em estado de sitio

Em resumo, inaugurou-se a partir de 1935 um novo quadro na vida política brasileira e, em especial, nas dinamizadas relações Estado/Classe trabalhadora. Se em 1920 a questão social foi definida como uma questão policial, e os anarquistas foram apontados como inimigos objetivos, em 1935 ela iria ser

---

<sup>75</sup> GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. FGV.2005. p 190

<sup>76</sup> Foi uma tentativa de golpe de Estado durante o governo constitucional da Era Vargas. Ocorreu em novembro de 1935. Os militares e civis que participaram eram membros da Aliança Nacional Libertadora, esta tinha ideologia de esquerda e era liderada por Luís Carlos Prestes, que também era o presidente do PCB

definida como uma questão de segurança nacional, e o mesmo discurso acusatório iria se voltar para uma nova categoria, as dos comunistas.<sup>77</sup>

A constituição promulgada em 1934 servia para Vargas apenas no âmbito de legalizar suas ações, permitiu reorganizar as forças armadas, e assegurar a coordenação federal das mesmas, as liberdades sindicais e pluralidades não eram respeitadas, agravados pelo Estado de sitio. O Brasil vivia um tempo obscuro na sua história a respeito das liberdades individuais, e as associações trabalhista estavam praticamente todas em comunhão com o governo central.

O sindicalismo único foi um dos artifícios utilizados por Getúlio na constituição de 1934 para ter um maior controle da sua população, os trabalhadores agora estavam sendo instruídos e as vezes obrigados a se sindicalizarem. Essa manobra dava um maior conhecimento ao governo visto que os sindicatos estavam em sua maioria do seu lado. O sindicalismo único se diferenciava pois coibia a multiplicações de sindicatos de uma mesma profissão. O sindicado estava deixando de ser algo espontâneo, onde os trabalhadores poderiam se reunir em prol de melhores condições, e virando instituições unidas ao Estado.

O golpe de Getúlio em 1937 já estava encenado muito antes, com todos os adversários neutralizados, a polícia e o exército ainda ao seu dispor, ficou muito fácil a instauração do Estado Novo. Na base do golpe a “ameaça comunista” teve o papel principal, o teatro do plano Cohen ainda hoje é motivo de debates entre historiadores, quanto do que foi dito pelo governo é verdade ou a simples desculpa para a instauração do Estado novo. Nas palavras de Luiza Erundina

O plano Cohen, apresentado pelas forças armadas como um plano de sublevação comunista eminente que ameaçava a ordem política nacional. Apesar de vários parlamentares terem exigido provas que confirmassem tal conspiração, seus questionamentos permaneceram sem respostas, esmagados pelo argumento que alegava estarem as forças armadas acima de qualquer suspeição.<sup>78</sup>

O exército não precisava dar explicações para a iniciativa do Plano Cohen, o estado novo foi o momento mais crítico da ditadura de Vargas, não tinha mais manifestações ou qualquer tipo luta por direitos entre trabalhadores, a repressão estava legalizada e os direitos individuais praticamente extintos. A classe trabalhadora estava de

---

<sup>77</sup> INACIO José Reginaldo. Sindicalismo no Brasil os primeiros 100 anos? Belo Horizonte. Crisalida.2007. p 177.

<sup>78</sup> INACIO José Reginaldo. Sindicalismo no Brasil os primeiros 100 anos? Belo Horizonte. Crisalida.2007. p 176.

vez acorrentada, seja por medo, ou pela própria adesão, o governo tinha conseguido seu maior objetivo, todos estavam calados.

A partir de então não haveria mais competição entre propostas concorrente, nas lutas nos sindicatos ou nas ruas. A repressão ao comunismo tornava inviável qualquer tipo de ação independente, surgida no interior da classe trabalhadora. Um longo silencio teve em 1937 até praticamente 1942.<sup>79</sup>

Somente em 1942 a situação do Brasil começaria a mudar. A guerra estourou na Europa, e o Brasil escolheu um lado para defender, os laços com os EUA se estreitaram, e o discurso brasileiro defendia a liberdade, mas então porque o país estava imerso em uma ditadura, os poucos críticos, e as oligarquias que ainda resistiam atacavam o governo de Vargas. Não fazia sentido um país defender a liberdade no estrangeiro, e dentro de casa controlar tudo com mãos de ferro.

É nesse âmbito que surge Marcondes Filho, ministro do trabalho indicado por Vargas, ele defendia uma reestruturação dos sindicatos brasileiros, uma maior participação dos trabalhadores aos sindicatos, em síntese queria apertar ainda mais o laço entre o sindicato e o governo. Ele queria aumentar o movimento de sindicalização, pois naquela época os sindicatos em sua maioria eram controlados pelo Governo, mantendo assim o controle da massa proletarizada mesmo depois da saída de Vargas.

Amigo pessoal de Roberto Simonsen, então presidente da Fiesp, Marcondes assegurava ao empresariado um fácil acesso ao ministério do trabalho, que era também da indústria e comercio. O período que vai de 1943 a 1945 atesta o excelente relacionamento que se estabeleceu entre o governo e os interesses empresariais do país.<sup>80</sup>

Marcondes Filho queria que os líderes formassem trabalhadores ativos e convencidos do sistema corporativista, incluindo o Estado como centro, o Estado na visão de Marcondes filho seria a parte central dos sindicatos e sindicalizados. Marcondes filho viu que depois do pós-37 o movimento tinha caído bastante, e que era possível reavivar esse sentimento, com propaganda e força obrigacional.

Marcondes filho tinha como objetivo continuar as formas de controle das massas, instruído por Getúlio, ele focou suas forças principalmente na propaganda à Getúlio e todos os benefícios que seu governo já tinha conquistado. Atuou também na propaganda positiva do ministério e também dos sindicatos corporativistas.

---

<sup>79</sup> Ibidem. p 177

<sup>80</sup> GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. FGV.2005. p 185

O ministério se empenhava a fundo na promoção da sindicalização e obtinha apoio decisivos, como da confederação nacional das indústrias. Que passou a orientar as empresas em dar preferencias a trabalhadores sindicalizados. Se a filiação aos sindicatos era facultativa, os benefícios da legislação do trabalho e o acesso ao emprego estavam sendo claramente condicionados à condição de trabalhador sindicalizado.

É especificamente com esta preocupação que se deve observar a dinâmica política do ministério de Marcondes. Mas antes de examiná-la e exatamente porque ela envolve um cuidadoso esforço de produção de um discurso político voltado para a classe trabalhadora, É valioso atentar para o grande empenho que o Estado Novo dedicou a propaganda do regime, esclarecer qual a natureza da nova ordem política que se instaurou em 1937 e qual o papel de seu Grande chefe, Getúlio Vargas tornou-se.<sup>81</sup>

Enfim, Marcondes filho no decorrer de sua atuação no Estado Novo, procurou dar continuidade do apoio do povo á Vargas. E para o futuro que se aproximava aos brasileiros, ele de certa forma limitou seus movimentos pois arrochou os laços dos trabalhadores com os sindicatos corporativos.

#### **4.Considerações finais.**

Os trabalhadores brasileiros é um tema bastante interessante a ser abordado em uma pesquisa ou trabalho científico, existe um leque de possibilidades a serem tratados sobre essa categoria aqui no Brasil. Por ser constituinte principal de qualquer sociedade, o trabalhador sempre foi uma fonte de interesse, ou pela sua luta cotidiana, ou pela sua simplicidade. O trabalhador em geral é o provedor das famílias todas são formadas por trabalhadores, seja ele assalariado, comissionado ou autônomo, o que os torna importante peça de discussão em qualquer lugar.

Nesse trabalho quis mostrar a importância da Era Vargas na construção do trabalhador brasileiro, que muito do que se vê hoje, tanto em direitos, sindicatos, pensamentos e realidade foi construída naquela época, questionando o que ainda é vantajoso para o nosso trabalhador, quais mudanças esperar para os próximos anos.

---

<sup>81</sup> Ibidem. p 187

Os trabalhadores ainda deve ser assunto debatido durante longos anos, expus aqui uma época importante para a vida do mesmo, a Era Vargas foi importante em diversos aspectos para o trabalhador, tanto em organização, como em direitos, e principalmente a parte de visibilidade.

A compreensão do mundo do trabalhador é importante para todos, com esse trabalho respeitei os principais temas acerca do assunto e também tentei trazer importância para eles, visto que os trabalhadores fazem parte da sociedade, principalmente aqueles mais básicos que fazem parte da CLT e são fundamentais para os seus sindicatos e organizações.

Com esse trabalho desejo que a classe trabalhadora seja vista com bons olhos pelo Estado, pelos sindicatos, e pela sociedade em geral, demonstrando como foi a Era Vargas para o trabalhador. Suas conquistas, suas lutas, enfim como eles vivenciaram esse tempo que é tão importante na história brasileira. Houveram sim mudanças, mas a que custo, cada um deve compreender as ações do estado em prol dos trabalhadores.

## **5.Referências Bibliográficas**

A Revolução de 30: seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, D.F.;Ed. Universidade de Brasília. 1982.

BASTOS Pedro Paulo Zahluth. A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo. Editora Unesp. 2012

BRASIL Bruno. Há 80 anos, Getúlio Vargas criou o salário mínimo. Biblioteca Nacional. 01 de maio de 2020. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/ha-80-anos-getulio-vargas-criava-salario-minimo. Acesso em: 08 de outubro de 2025..>

BRASIL. Decreto nº19770 de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operarias e da outra providencias.

CANCELLI Elizabeth. O mundo da violência. Brasília. Editora Universidade de Brasilia.1993.

CARONE Edgard. O estado novo. (1937-1945). Rio de Janeiro. Difel. 1976.

D'ARAUJO Maria Celine. Sindicatos, Carisma e poder. O PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas.1996

D'ARAUJO Maria Celine. As Instituições Brasileiras Da Era Vargas. Rio de Janeiro. FGV. 1990

FAUSTO Boris. A revolução de 1930. São Paulo. Companhia das Letras.1997

FERRAZ Francisco César. Os brasileiros e a segunda guerra mundial. Rio de Janeiro. Zahar. 2005

FERREIRA Jorge. O populismo e sua história: Debate e critica. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 2001

GOMES Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro. FGV.2005.

INACIO José Reginaldo. Sindicalismo no Brasil os primeiros 100 anos? Belo Horizonte. Crisalida.2007.

JAMBEIRO Othon. Tempos de Vargas. O Rádio e o controle da informação. Salvador. EDUFBA.2004.

JORGE. F.; DELGADO. L. A. N. O Brasil republicano. O tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.2019

LEVINE Robert M. Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas. Companhia das Letras. São Paulo.1991

LOEWENSTEIN Karl. O Brasil sob Vargas. São Paulo. Contracorrente. 2025

PANDOLFI Dulce. Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1999

PAVIOTTI Joel. A história esquecida dos soldados da borracha. Iconografia da história. Disponível em 20 de setembro de 2020. <https://iconografiadahistoria.com.br/2020/09/20/a-historia-esquecida-dos-soldados-da-borracha/>. Acesso em: 26 de setembro de 2025

SUSSEKIND, A.; MARANHÃO, D; VIANNA, S.; TEIXEIRA, L. Instituições do direito do trabalho. São Paulo: LTR. 2003.

